



## Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém

Exmo. Senhor  
Presidente da Comissão de Ambiente,  
Ordenamento do Território e Poder Local  
Assembleia da República  
Palácio de S. Bento  
1249-068 LISBOA

Nossa Referência:

**Of.º Nº.39/2012/Proc.º.01.00**

Data:

**2012-03-13**

Assunto:

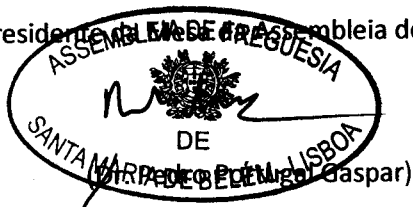
**Projecto de Lei nº. 120/XII e Projecto de Lei Nº. 164/XII.**

Exmos. Senhores,

Em relação ao ofício de V. Exa., nº. 402/CAOTPL, junto se anexa a acta da Sessão desta Assembleia de Freguesia que abordou essa temática.

Apresento os melhores cumprimentos

O Presidente da Assembleia de Freguesia



ASSEMBLEIA DA REPUBLICA
Divisão de Apoio as Comissões
CAOTPL
Nº Unico <u>425223</u>
Entrada Sessão <u>415</u> Data <u>16 03 12</u>

**Presidente da Mesa:** Então, boa noite! Muito bem! Então, boa noite a todos! Estamos aqui para uma reunião extraordinária. Antes de mais, vamos passar a indicar o ponto único desta nossa ordem de trabalhos, reunião extraordinária nos termos do art. 23.º do nosso Regimento, e é a reforma administrativa de Lisboa, apreciação e discussão pública. Antes de mais, a lista de presentes: eu próprio, Maria Carvalho Pereira, Clemente Rogeiro, Vítor Gonçalves, Joana Machado, Ana Bela Pires Marques, António Batista, António Vermelhudo, Rita Neves e Sá, Diogo Moreira, Marco Castro e José Alves Coelho. Certo? Não me esqueci de ninguém, todos assinaram, portanto está com quórum para poder iniciar a sessão. E portanto, estava eu a dizer que nós temos uma reunião, uma sessão extraordinária, com um ponto único, sobre a reforma administrativa da cidade de Lisboa. Sendo extraordinária, temos aqui alguma liberdade, até porque o ponto é um ponto mais informativo... aliás, exclusivamente informativo, não é um ponto deliberativo, e portanto, temos aqui alguma margem, digamos, imaginativa para poder realizar o debate. Eu auscultei aí os Partidos políticos previamente, e tenho a seguinte proposta a fazer, e penso que será a mais útil, até tendo em conta a participação dos cidadãos aqui presentes: a Junta, o Executivo, aliás, iria fazer a apresentação, pelos vistos, em material tecnológico, embora cause aqui alguma perturbação visual à Mesa, e vai-nos obrigar a deslocar para a primeira fila da plateia, o que também não deixa de ser interessante. E portanto, consequentemente, na sequência, ou após a intervenção da Junta, onde explica... onde o Executivo explicaria o quadro, desenhado sobre o futuro quadro, eventualmente, sobre o mapa da cidade de Lisboa, em termos da sua reorganização administrativa, daria a palavra aos cidadãos que se quisessem pronunciar, e no final, então, haveria a ronda pelos Partidos políticos também, naturalmente, que quisessem opinar sobre a matéria, e portanto, acabávamos por manter o modelo mais ou menos normal, que é o primeiro bloco de intervenções até caber aos cidadãos, e só depois vir às forças políticas. E portanto, penso que não há oposição das forças políticas nesta sugestão, falámos previamente sobre isso, todos de acordo, portanto, com esta metodologia. Assim sendo, de facto, é uma matéria ainda no limbo, ou pelo menos tem aqui vários procedimentos, e portanto, esta Assembleia inseriu-se um bocadinho nesta perspectiva, que é precisamente ouvir a opinião da população sobre um mapa de reestruturação, que poderá ser este, poderá evoluir noutro sentido. Sabemos que a palavra final caberá à Assembleia da República. A Assembleia da República, entretanto, foi dissolvida, já após a convocação desta Assembleia, e portanto, houve aqui um factor superveniente extraordinário, que baralhou um bocadinho, digamos, a marcha normal procedimental. Mas, para todos os efeitos, a discussão iniciou-se, politicamente. Tem que passar, naturalmente, também por esta Assembleia, e portanto, é o primeiro passo, ou é um passo na sequência dessa discussão. Assim sendo, nós vamos passar para a primeira fila, para poder ver aqui a projecção, e dou a palavra ao Executivo, para poder apresentar, então, o mapa, e depois já retomo aqui, para retomar os trabalhos. Até já.

**Presidente do Executivo:** Boa noite a todos! Nós hoje vamos fazer aqui... propusemos esta Assembleia de Freguesia para os senhores presentes, representantes, pelo seguinte: porque, de facto, isto é uma matéria que tem estado a ser debatida na Assembleia Municipal, que já foi aprovada uma deliberação nesse sentido na Assembleia Municipal. Já passou por discussão

pública na Assembleia Municipal, mas estamos sempre a tempo para continuar com as discussões públicas, porque esta matéria há de ser decidida definitivamente na Assembleia da República. De maneira que achámos por bem, que não era tarde demais ainda para fazermos esta Assembleia de Freguesia, que, se calhar, devia ter sido um pouco mais cedo, *mea culpa*, nossa culpa. De qualquer forma, nesta fase, achamos que é importante suscitar esta matéria, que é tão importante para a vida de todos nós aqui na população desta Freguesia, porque, como sabem, está previsto, enfim, vários projectos, mas nomeadamente neste projecto principal, que foi aprovado pela Assembleia Municipal, pela fusão da actual Freguesia de Santa Maria de Belém com a Freguesia de São Francisco Xavier. Lembramos que, desde 1959, que foi a última reforma administrativa da cidade, em que, de facto, não se mexia mais na estrutura administrativa da cidade de Lisboa. É importante, está a ser uma matéria complexa, com várias vertentes. De qualquer forma, neste momento, estamos a analisar a situação, ainda, porque isto tem de ser decidido em termos da Assembleia da República, e de maneira que achámos que era importante, hoje termos aqui esta matéria para debatermos e pormos a população a falar sobre esta temática. E a população, como eu digo, são os próprios representantes aqui na Assembleia de Freguesia, como a população em geral. Portanto, o Sr. Presidente já definiu, nos termos da lei, como é que esta Assembleia vai funcionar agora, mas, portanto, aqui o meu colega João Carvalhosa vai fazer uma apresentação do que está previsto, um pouco do historial, e de maneira que, apesar de ser uma Assembleia aqui da Freguesia de Santa Maria de Belém, isto vai ter inevitavelmente implicações nesta zona ocidental de Lisboa, em toda ela, nomeadamente também em São Francisco Xavier. De maneira que o Sr. Presidente da Junta de Freguesia de São Francisco Xavier também está aqui presente, e a quem eu saúdo, o Sr. Eng.º Athayde de Carvalhosa. Seja bem-vindo aqui à nossa, à sua casa. E para nos ajudar, também, com a sua experiência, com o seu conhecimento e a sua sabedoria também. Pronto, enriquecer estes nossos trabalhos. E de maneira que espero que seja positiva, e seja, julgo, um bom trabalho. Esperemos que isto corra bem. Muito obrigado pela vossa presença. Dou a palavra ao Dr. João Carvalhosa.

**João Carvalhosa (Vogal):** Então, boa noite. Eu vou fazer-vos uma pequena apresentação do historial mínimo do que é que foi a evolução até agora, e o ponto em que estamos, que eu acho que é isso que, de facto, interessa mais neste momento. Ora bem, então, temos aqui alguma... enfim, como é que evoluímos até hoje, nos últimos dois séculos. Como vemos nesta imagem, estes são os limites do Concelho de Lisboa, no século XIX. São os limites... portanto, é um Concelho muito diferente do que havia até agora... Portanto, os limites, como reparam aqui na imagem, são estes. Esta é a actual cidade de Lisboa, portanto, o Concelho de Lisboa no século XIX tinha uma configuração bastante diferente, mais alargada do que tem hoje em dia. Ali temos... portanto, temos aqui algumas datas, 1895, portanto, a configuração a castanho. O limite a vermelho, 1838; 1852 era só aquela coroa, que já vamos ver mais à frente na outra imagem, e depois, de facto, há aqui um acréscimo muito grande no Concelho. Portanto, temos aqui várias... eu não vou avançar com estes pormenores, mas várias configurações, em vários períodos... isto é só para termos a ideia que a cidade, de facto, nunca foi a mesma, nunca... as Freguesias foram-se alterando ao longo dos anos, portanto, ao longo dos últimos dois séculos temos, de facto, tido várias alterações.

Em 1864, o Concelho confinava-se àquela parte central, mais histórica, de Lisboa. Portanto, em 1895 é que tem já aqui uma configuração mais alargada e que corresponde, praticamente, à configuração actual. E conseguimos ver dentro daquela mancha azul, quais é que eram as Freguesias que existiam em 1864. Em 1895, então, temos quarenta e duas Freguesias, depois foi acrescentada mais uma, mais tarde, não interessa aqui para o efeito. Mas esta foi a última alteração, chamada O Decreto, em 1895, que, como vêem, no nosso caso, e atendendo aqui a São Francisco e a Santa Maria de Belém, em baixo... São Francisco Xavier estava claramente incluída noutra Freguesia. Esta imagem... o objectivo é percebermos que as mesmas Freguesias, enfim, ao longo de um século, cento e cinquenta anos, cento e setenta anos, as mesmas Freguesias tiveram configurações completamente diferentes. Para a mesma designação de Freguesia, conseguimos ver formas e áreas completamente diferentes. Portanto, dava para evocar aqui o estigma de que as coisas são muito imutáveis, e que têm que ser mais ou menos as mesmas... não, quer dizer, de facto, as coisas evoluem, movem-se de um lado para o outro, e isso, na nossa perspectiva, também é positivo. A reforma, última, de 1959, que criou, aliás, a Freguesia de São Francisco Xavier, teve aqui alguns pressupostos, ou algumas forças que, curiosamente, nós vamos verificar mais à frente que algumas mantêm-se, no geral, não no específico, outras são exactamente o oposto. E daí a necessidade de se levar a cabo uma nova reforma neste momento. Portanto, houve uma evolução demográfica muito grande. O número de habitantes, como vêem, cresceu, quase duplicou, ou mais do que duplicou. Verificou-se, tal como se verifica agora, o despovoamento das Freguesias centrais, e nessa altura verificou-se que havia uma série de novas áreas de expansão urbana, o que também se verifica neste momento. Como vemos aqui, o número de residentes, de 1900 a 1950, evolui claramente, e justifica, na altura, a opção de reorganizar as Freguesias. Portanto, este era o mapa das quarenta e três... como eu estava há bocado a dizer, das quarenta e duas, que passaram a quarenta e três Freguesias em 1959. Aliás, antes de 1959, peço desculpa. E com a reforma administrativa de 1959, adquire esta configuração, que é a configuração actual. Em 2010, o que nós verificamos, e pegando naqueles quatro pressupostos que vimos nos slides atrás, verificamos aqui o oposto do que levou à reforma de 1959, portanto, temos uma evolução negativa da população, portanto, passou dos setecentos e noventa, ou coisa parecida, para os à volta de quinhentos e sessenta mil, temos entre os quinhentos e sessenta e os seiscentos mil, hoje em dia. Portanto, cá está, esta evolução muito negativa que verificámos. Continua-se a notar, como eu referi, o despovoamento das Freguesias centrais, mas há novas áreas de expansão urbana, que, obviamente, já não são aquelas que se verificavam em 1959, mas que são Telheiras, o Parque das Nações, etc. Alto de Lisboa, Ameixoeira... portanto, há aqui uma reconfiguração da cidade para novas zonas. Se nós repararmos nos dados, e isto justifica a opção que os Partidos tiveram, de proceder a uma reforma das Freguesias, é um dos elementos que nos ajuda a perceber, nós vemos que Lisboa, claramente, comparando com os outros Municípios que estão na área metropolitana, Lisboa é a única que perde habitantes. Portanto, e isto é uma questão que obviamente nos faz... tem que nos fazer pensar, o porquê, e também um dos pressupostos é que uma nova reorganização das Freguesias servirá como motor para um novo desenvolvimento da cidade, e portanto, pretenderá inverter esta situação. Neste quadro, nós

conseguimos ver como é que as Freguesias evoluíram de 1991 a 2001. Portanto... e é impressionante, diria eu, a quebra de população que existe em determinadas Freguesias. Quer dizer, pensar que Freguesias baixam entre 25% a 40% em dez anos, eu acho que é assustador. A nossa Freguesia, e julgo que São Francisco Xavier... não, São Francisco Xavier baixa menos, até porque teve algumas zonas de expansão, algumas novas construções nesta altura, coisa que nós não tivemos particularmente. Mas, a nossa Freguesia perde entre os 15% e os 20%. Quer dizer, é uma perda notória, e que é necessário inverter. Poucas são as Freguesias... especialmente são aquelas, algumas são aquelas da tal nova expansão, que ganharam, quatro em cinquenta e três é que ganharam em habitantes. Pronto, este quadro eu vou passar à frente, é muito extenso, e tem só uma relação entre o número de eleitores por área. O interesse deste quadro é claramente vermos que as Freguesias mais pequenas têm quatrocentos e vinte e um eleitores, e a Freguesia maior tem quarenta e quatro mil. Também estive na base desta proposta que é agora apresentada, e já vamos ver à frente como é que... como é que isto está mais ou menos equilibrado, que esta disparidade de eleitores e de área era uma coisa que não fazia sentido nenhum. E portanto, havia que... não faz sentido ter Freguesias que, por exemplo, numa Assembleia Municipal, têm o mesmo peso que os Presidentes das Juntas que estão representadas na Assembleia Municipal, como sabemos, não faz sentido que uma Freguesia com quatrocentos e vinte e um eleitores tenha o mesmo peso que uma Freguesia com quarenta e quatro mil. Portanto, houve necessidade de equilibrar aqui um bocado estes dados, também. Como sabem, a Câmara encomendou ao ISEG um estudo para, enfim, haver uma base de trabalho, para se trabalhar. O estudo do ISEG tem alguns dados curiosos. Nota-se aqui uma curva descendente da população, das famílias, mas curiosamente, esta é uma curva das habitações, cresce ligeiramente. Portanto, há aqui uma desadequação da realidade, em termos de construção, também ao que é a realidade demográfica. Como sabem, o primeiro estudo do ISEG passou... tinha uma proposta entre vinte e nove e vinte e sete Freguesias administrativas. A proposta que está em cima da mesa é de, realmente, vinte e quatro Freguesias. Portanto, ainda houve aqui algum ajuste, aliás, quando eram vinte e nove Freguesias, por exemplo, as nossas duas Freguesias, São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém, ainda estavam separadas. Portanto, este quadro das vinte e sete surge já com a fusão das duas Freguesias, e outra que eu confesso que não me lembro. Bem, mas houve aqui algumas alterações, porque desapareceu Telheiras, entrou... portanto, Telheiras era uma Freguesia que estava prevista, deixou de estar, portanto, houve aqui algumas alterações a este quadro inicial do ISEG. Esta questão das divisões administrativas também que o ISEG propunha, tinha a ver mais com uma questão interna da Câmara, de funcionamento, reorganização interna da Câmara. E entretanto, o que se começou a discutir também, além desta questão do mapa e dos princípios que estavam por detrás desta reorganização administrativa, começou-se a pensar que não bastava reorganizar o território. Não bastava dizer: "Ok, passamos de cinquenta e três para vinte e quatro, e não se faça mais nada." Portanto, houve aqui algumas condições que os Partidos chegaram a acordo como sendo indispensáveis para avançar, e para que esta proposta fosse muito mais profunda e, na nossa opinião, é isso que faz sentido, fosse mais do que uma simples cosmética territorial. Enfim, obviamente que há aqui um reforço da ideia, da gestão de proximidade. Alguns poderão dizer: "Bem, mas com a fusão das

Freguesias, pode-se perder na proximidade com os eleitores...”, porque, sei lá, se calhar é fácil para a Freguesia dos Mártires, que tem quatrocentos eleitores, conhecer os eleitores todos. Pronto. É uma perspectiva que eu diria que quem está no terreno, como nós estamos, no dia a dia, é uma perspectiva com que nós não concordamos plenamente. Achamos que é possível manter a proximidade até um determinado limite. E a prova é que numa Freguesia como Belém, que tem nove mil habitantes, ou em São Francisco Xavier, que tem um bocado menos, tem à volta dos oito mil, sete mil e quinhentos, mas as pessoas conhecem o Presidente da Junta, sabem quem é o Presidente da Junta. Os eleitos locais não conhecem toda a gente, obviamente, mas conhecem muita gente. Conhecem, eu diria, milhares de pessoas, porque já se cruzaram com elas por algum motivo, e portanto, conhecem, as pessoas reconhecem-se, porque somos abordados na rua para resolver questões da Freguesia. Portanto, a questão da proximidade não pode ser levada ao extremo, porque senão, também, faria sentido, em vez de cinquenta e três Freguesias, termos quinhentas e trinta. Se todas tivessem quatrocentos e dez habitantes, para conhecermos um a um pelo nome, o nome dos filhos, o nome do pai, do cão... quer dizer, às tantas era impensável. Portanto, há que encontrar aqui um equilíbrio entre os dois caminhos. Não ser também quarenta e quatro mil eleitores, porque é um número exageradíssimo, e claro que é impossível conhecer sequer metade das pessoas. Portanto, havia que tentar aqui um meio-termo. E daí, também, haver alguma identidade dos bairros, e aquela fusão que foi feita das Freguesias, foi tendo em conta que havia alguma... há um contexto sociológico em que é justificado juntar Freguesias. No nosso caso, o contexto sociológico de São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém é muito parecido. Portanto, faz todo o sentido... há um contínuo territorial, não há uma quebra territorial. As pessoas, neste contínuo, são muito... portanto, não há quebras também sociológicas. Podemos dizer: “Está bem, mas as pessoas, se calhar, de São Francisco Xavier, de mais altos rendimentos, não são as mesmas pessoas de baixos rendimentos que podem viver, por exemplo, na Rua da Praia de Pedrouços...” É verdade, mas não há um descontínuo. Ou seja, isto é gradual, não há ali uma quebra. Já o mesmo não acontece em algumas Freguesias. Portanto, a Freguesia de São Francisco Xavier já não tem um contínuo sociológico para a Freguesia da Ajuda, ou nós para Alcântara. Quer dizer, já é mais difícil encontrarmos esse contínuo sociológico, pelo que faz algum sentido aqui esta identidade e a reforma feita para as pessoas. Havia também que trazer para as Freguesias as competências. Portanto, e aqui era uma parte muito importante que foi batalhada, que era: não faz sentido, também, as Freguesias se reorganizarem, e depois não terem mais competências. Portanto, o que faz sentido é dar competências próprias às Freguesias. E para acabar, um bocado, com esta instabilidade que existe de quatro em quatro anos, que é saber que competências é que a Câmara vai passar para as Juntas de Freguesia. Pronto. E daí, nas novas competências propostas para as Juntas de Freguesia, estão incluídos, julgo, todos os protocolos que, hoje em dia, existem... há anos que existem na Freguesia, as calçadas, a acção social, uma série de protocolos que existem. Passa a ser não objecto de vontade política de quem está na Câmara, porque no fundo quem decide, quem propõe, quem tem o poder de decisão é a Câmara, que depois negoceia com as Juntas o que é que as Juntas querem ou não querem. Mas a Câmara, pode chegar um Executivo da Câmara que diga: “Não, neste mandato nosso, não passo nenhuma competência para as Juntas de

Freguesia.” E pode chegar lá e fazer isso. E as Juntas podem contestar, querer refutar, mas a competência é, de facto, da Câmara. Pronto. E portanto, passam a haver as competências próprias da Junta, que são acrescidas, são muito mais alargadas do que são agora. E isto também traz estabilidade ao trabalho que as Juntas de Freguesia promovem. Portanto, permite ter pessoas, em vez de ser por um período muito mais efêmero de tempo, portanto, permite ter uma programação a longo prazo. A contratação das pessoas também permite que seja a longo prazo, e também na instabilidade que as pessoas vivem, hoje em dia, nas Juntas de Freguesia, quem está contratado por causa, por exemplo, das calçadas, ou da acção social, sabe que nas próximas eleições legislativas pode ter que se ir embora. Pronto, há aqui esta instabilidade também do pessoal afecto... e ganha-se também, em algumas Freguesias, naquelas que são fundidas, ganha-se alguma economia de escala. Portanto, não é a mesma coisa, por exemplo, nas dez Freguesias da Baixa, que são fundidas numa única, não é a mesma coisa ter um calceteiro a trabalhar ali para aquela... portanto, para 500 m<sup>2</sup>, ou ter uma equipa de calceteiros a trabalhar para 5.000 m<sup>2</sup>. Pronto, não é de todo a mesma coisa. Ganha-se aqui em eficácia e em poupança de dinheiro também. Pronto. E portanto, no fundo, é modernizar a actuação, também, das Juntas de Freguesia, que sem este motor, também, financeiro, não se conseguem modernizar em algumas áreas. Portanto, é preciso também nós percebermos que as Freguesias têm que evoluir. As principais... depois isto está detalhado, mas não está aqui detalhado nesta apresentação, mas eu já referi aqui algumas delas, portanto, a questão das calçadas, alguns equipamentos sociais passam a estar... passam a ser geridos directamente pelas Juntas de Freguesia. A intervenção comunitária, portanto, a intervenção social, passa a ser também uma competência da Junta de Freguesia, cabendo à Câmara apenas uma questão de planeamento geral da cidade, e algumas intervenções que são transversais à cidade. E aqui na política de habitação, enfim, não é, obviamente, uma política de habitação para vinte e quatro Freguesias, mas são transmitidas algumas competências em termos de habitação, nomeadamente na habitação municipal, que está na área da Freguesia, que já hoje em dia as Freguesias fazem obras nas habitações municipais, mas passa a ser uma competência própria da Junta de Freguesia, essa habitação. Obviamente que estas alterações de competências têm que trazer um reforço financeiro que seja real, e que seja uma coisa consolidada. E portanto, a ideia é que as novas competências tragam, na sua directa proporção, esse reforço financeiro. Portanto, que não seja também uma derrama da Câmara Municipal, que não seja... que não venha a receita, porque existe um protocolo de delegação de competências, mas fica à partida definido no Orçamento de Estado que aquela Freguesia tem direito a X de verba para cumprir as suas competências próprias, alargadas. E depois há também aqui a questão da capacidade de gerar receita das Freguesias, se bem que esta... calculo eu, que esta capacidade de gerar receita não há de ser extraordinária, e portanto, não há de ser a principal fonte de receitas das Freguesias. E dizia-vos eu há bocado, a questão do desequilíbrio das Freguesias, nós vemos aqui neste quadro que passa a haver um equilíbrio muito maior do número de eleitores nas Freguesias. Portanto, reparem que há bocado tínhamos quatrocentos e qualquer coisa eleitores na Freguesia dos Mártires... a que tem menos eleitores, neste momento, passa a ter 11.145. Pronto. Há aqui um crescendo, em que o máximo é trinta mil, em Santa Maria dos Olivais, que viu, praticamente... a população que falta aqui a



Santa Maria dos Olivais foi a que veio aqui para a nova Freguesia do Oriente. Já agora, faço só aqui um parêntesis na questão da Freguesia do Oriente, não é a nossa, mas porque isto tem levantado algumas questões. A mim já me perguntaram várias vezes, por exemplo, por que é que a Freguesia do Oriente não vai a Loures, porque o Parque das Nações entra até metade... não é metade, mas a dois terços de Lisboa, talvez um terço de Loures, aqui tem a ver com uma questão, enfim, que nos ultrapassa a nós, um bocado, mas é com a não vontade de Loures ceder aquela parcela de território. Pronto. Porque a ideia, a ideia inicial, e que nós defendemos, que pelo menos, julgo, o PSD sempre defendeu, e julgo que o PS também, PS de Lisboa, era que, portanto, havia um aumento, digamos assim, da cidade até aos limites do Parque das Nações. O PS de Loures, ou a Câmara de Loures, também não é relevante agora, não interessa quem foi, mas não quis essa alteração. E portanto... contra, aliás, a vontade das pessoas no Parque das Nações, que querem que aquilo seja uma só Freguesia, e que faz todo o sentido, porque não faz sentido aquilo ser cortado ao meio, e metade é Loures, metade é Lisboa. Não faz sentido nenhum. Mas pronto, é só um aparte, porque muitas pessoas me têm perguntado por que é que aquilo não é só uma Freguesia. Nós, como vemos, estamos aqui em décimo sexto lugar, estamos a menos de meio, mas ficamos com uma população que está na média das restantes Freguesias. Eu diria, só para termos a noção, que este quadro... é só para termos a noção de que isto é um processo que, como sabem, leva algum tempo, não está parado. Não sei qual dos Presidentes referiu, mas com a dissolução da Assembleia, enfim, nós esperamos que isto... pode sofrer aqui um atraso em termos de timing, mas esperamos que não sofra depois um atraso em termos de vontades. Portanto, esperamos que a nova Assembleia da República que seja constituída tenha a mesma vontade que esta tinha, até porque, ao que sei, havia Deputados da Assembleia da República que estiveram envolvidos neste processo, exactamente para que quando isto chegasse à Assembleia da República, houvesse alguma facilidade em aprovar esta proposta. Portanto, ainda vamos, quando chegar à Assembleia da República, ainda havemos de ter aqui, e eu calculo que na altura em que isto... ainda há de ser necessário, numa próxima Assembleia de Freguesia, haver uma posição formal escrita da Assembleia, uma posição acerca da proposta que estiver em discussão na Assembleia da República. Para terminar... eu peço desculpa, isto não se vê quase nada... Pronto, temos aqui o actual mapa das Freguesias. O novo mapa das Freguesias, portanto, já com as novas configurações, cá está a tal questão do Parque das Nações, ir até ali assim. Pronto, temos aqui a nossa Freguesia. As nossas duas Freguesias, portanto, estão ali como é actualmente, e como ficará a próxima Freguesia, portanto, no fundo, aqui está em esquema também, portanto, temos aqui o limite das duas Freguesias, e esta será uma só Freguesia, se tudo correr como se espera que corra. Muito obrigado pela vossa atenção.

**Presidente da Mesa:** Bom, então vamos retomar a nossa... aliás, nós é que retomámos os lugares, a Assembleia estava a decorrer, isto é só um vício de expressão. Como eu tinha dito inicialmente, portanto, depois desta apresentação do Executivo sobre a evolução histórica, a perspectiva futura, mais ou menos longínqua em virtude das alterações da Assembleia da República, iríamos, então, iniciar, ou passar à parte da intervenção do público, nos termos regimentais, uma vez que tive a concordância dos Partidos políticos de, então, ficarem as



intervenções dos Partidos para a fase seguinte à intervenção do público. E portanto, como é hábito, agora já não com o rigor, se calhar, tão exagerado, dos cinco minutos, de cumprir o Regimento, como é normal nas Assembleias, ou nas sessões ordinárias, temos aqui alguma margem, e portanto, eu perguntaria: há algum membro do público para se inscrever? Pedia só que indicasse o nome, para constar depois, para efeito de registo magnético da acta, e que expusesse o que entendesse, naturalmente. Portanto, hoje, para já, saudar a participação do público, que excedeu largamente o que é habitual, várias vezes multiplicado, uma vez que, normalmente, a presença do público é reduzida, e hoje tem aqui uma assistência muito significativa. Muito bem. Estão abertas as intervenções para o público. Se faz favor. Se faz favor, já é um habituée, já conhece os cantos à casa.

**Ricardo Azevedo (Público):** Portanto, em relação... eu venho só aqui...

**Presidente da Mesa:** Pedia só o seu nome. Embora seja um habituée...

**Ricardo Azevedo (Público):** Ricardo Manuel Azevedo. Era o seguinte: portanto, saúdo os membros da presidência da Junta de Freguesia, da Assembleia de Freguesia, e o público, e das forças presentes aqui na Assembleia. Ora, fala-se em alterações aqui na Junta de Freguesia de Belém, e eu digo que não concordo com aquilo que a Câmara Municipal de Lisboa quer fazer em relação aqui à Freguesia de Santa Maria de Belém. Não concordo. Não concordo, e já agora, digo... proponho até uma alternativa. Já que estamos, enfim, em alternativas, eu proponha o seguinte... quem sou eu para fazer alternativa a isso, mas pronto. Quem sou eu, não é? Mas, proponha até uma alternativa, que é o seguinte: Belém, mais do que Freguesia, em tempos foi Município. Município de Belém. Ia até ao Lumiar, ia até ao Lumiar. Ora, o que é que acontece? Acontece que falou-se em Telheiras, falou-se, por exemplo, inclusivamente, em Carnide, imensos bairros que há, situados a norte de Lisboa. E toda essa parte norte de Lisboa fazia parte do Município de Belém. E inclusivamente Monsanto, a Ajuda, a Boa Hora, todas essas Freguesias faziam... e volto a referir até a Ajuda, como foi referido também aqui, a Ajuda, São Francisco Xavier, obviamente, faziam parte do Município de Belém. E isto em relação... em termos populacionais, se tivermos em conta Algés, a Freguesia de Algés, que está dentro do Município de Oeiras, poder vir para Belém, se é possível fazer isso... O que é que ficaria aqui em Belém? Belém ficaria com o espaço... o que eu quero dizer é o seguinte: Belém ficaria com um espaço bastante grande, bastante grande. Mais: há actividades que inclusivamente podia, neste caso, no hipotético Município de Belém, no hipotético Município de Belém, poder fazer algo que actualmente até a Câmara de Lisboa está emperrada, está empenada. E isto até era fazer um trabalho por Belém. Eu não estou aqui a dizer que Belém, que é maior ou que é menor. Agora, um facto é que isso até seria um factor de dinamização... eu estou a falar em termos, claro, hipotéticos... mas não é de excluir essa hipótese. Uma hipótese um tanto ou quanto remota, mas... na actualidade, mas não estou a dizer que seja impossível. E acho que era... seja que Presidente estiver aqui à frente do, enfim... da Junta de Freguesia de Belém, tentar fazer com que toda essa parte de Belém, enfim, seja restituída a Belém. Inclusivamente a população de Algés, também é uma população bastante vasta. E portanto, se tirarmos essa parte de Algés, se tirarmos essa parte toda aí, portanto, de Algés, e juntarmos a Ajuda,

que foi falado, à Boa Hora, a Belém, que é o centro de Belém, que é esta parte aqui, que está mais virada para o mar, portanto, esta parte aqui da zona ribeirinha, que é a parte principal de Belém, acho que é uma hipótese a pôr, porque há muitas condições de desenvolvimento, até mesmo de descentralização em relação a Lisboa. Porque Lisboa, às vezes, toma... há decisões que eu vejo... até mesmo... eu, às vezes passo... eu vivo aqui, sempre vivi aqui, mas dá para entender, mesmo pela própria atmosfera que se respira, o tipo de construções, isto aqui vê-se que não foi Lisboa, que é um tipo de construção muito daqui de Belém, enquanto que Lisboa, muito daquela parte da Praça do Comércio, muitas daquelas ruazinhas do tempo do Marquês de Pombal... aqui não, aqui havia quintas, ainda há esse resquício dessas quintas, há jardins, há espaços que ainda nem sequer foram urbanizados e que precisam de ser urbanizados, há um conjunto de construções, mas que se vê que é nitidamente daqui, e que infelizmente, até, essas estão em ruínas. Muitas delas estão em ruínas. Mas vê-se que é nitidamente um espaço que é daqui, até em relação aos muros, tudo. Vê-se que aqui, Belém, tem uma atmosfera própria. Vê-se que aqui é de Belém, mesmo, e que não tinha a ver com Lisboa. É diferente, é diferente de Lisboa. Algés, Oeiras, já será diferente, mas todos esses locais têm um cunho pessoal, muito próprio. Portanto, isto é uma hipótese, uma hipótese hipotética, que eu estou a apontar. Agora, mesmo em relação a Belém, em relação a Belém, em relação a Lisboa, por aquilo que está sendo feito, por aquilo que a Câmara de Lisboa quer fazer em relação aqui à Junta de Freguesia de Belém, e para outras Freguesias, enfim, de Lisboa, outras Freguesias de Lisboa, eu não concordo com esta divisão, não concordo com esta divisão. Devo dizer que não concordo. Agora, especificamente, voltando aqui a Belém novamente, para dizer outra vez que não concordo com esta situação. Pronto. Tenho dito.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado! Mas, de facto, é a reorganização administrativa de Lisboa, do país, de facto está tudo em aberto, como se viu. Muito bem! Mais alguma intervenção de alguém que queira... embora haja aqui agora o incómodo do microfone, pelos vistos... Se faz favor.

**Pedro Costa (Público):** Pedro Castro e Costa. Eu usaria para pedir esclarecimentos. A apresentação do Power Point foi descritiva, mas não tem alguns elementos que eu considero importantes. Primeiro, quais são as sinergias possíveis, nas duas Freguesias, desde já, para além do aspecto territorial. Depois disso, quais são os aspectos financeiros que estão associados a esta remodelação de Freguesias. Porque a primeira ideia que eu considero mal vista por parte de muitos municípios é que vamos reduzir uma quantidade de eleitos locais, que tem um custo. Praticamente não computado dentro do espírito da Câmara, ou dentro do Orçamento da Câmara, mas que mantém a proximidade. Neste caso, uma proximidade relativamente aos eleitos. Aqui, têm de haver algumas sinergias, porque sistematicamente todas as grandes reformas aumentam significativamente os custos emergentes da gestão municipal, e que temos que pensar qual é a parte que é transferida, não só de competências, mas também em meios, para que as Juntas de Freguesia, agora juntas, poderão melhorar e desenvolver a sua própria actividade. Portanto, era esse tipo de elementos que eu pedia ao Dr. Carvalhosa, se tinha alguma ideia muito genérica que pudesse esclarecer-nos, como é que isso depois se vai operacionalizar no

tempo, e em termos, fundamentalmente, dos aspectos financeiros, associado a isso. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado! Não sei se há mais inscrições, mais alguém que queira... Se faz favor.

**Marcelo Pimentel (Público):** Boa noite! Chamo-me Marcelo Pimentel, e queria só colocar também, já agora... pedir mais um esclarecimento, no seguimento da apresentação, relativamente às receitas que passarão a ser alocadas directamente às Juntas. E eu ouvi uma referência aí sumária na apresentação, gostava só de saber se são receitas que já existem, se serão eventualmente novas taxas, e como é que será feita essa gestão. Obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado! Não sei se há mais... também não é preciso esgotar nesta primeira fase. Também podemos ver se depois, entretanto, há mais cidadãos que desejem intervir numa fase seguinte, pedir esclarecimentos ou algum debate complementar. De qualquer maneira, se não há, para já, mais inscrições, eu daria a palavra à Junta, uma vez que há dois pedidos de esclarecimento pertinentes, antes de entrarmos na divulgação das forças políticas. Se faz favor.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente! Muito bem, começar aqui pelo Sr. Ricardo Azevedo, cumprimento-o. Pronto, expressou a sua opinião. Não concorda com esta proposta apresentada. A minha opinião também é de que isto ainda não está nada decidido a 100%. Como sabem, será decidido na Assembleia da República. E neste momento, estas situações... ainda está tudo lá a mexer, portanto, isto para vigorar num prazo de três anos, também, no próximo mandato. Eu acho que era preciso fazer qualquer coisa, era preciso fazer qualquer coisa, e acho que o resultado vai ser positivo, nomeadamente aqui na nossa parte, aqui na zona ocidental de Lisboa, nomeadamente neste território destas duas Freguesias, acho que é importante, até por uma questão de complementaridade, e aqui passo já um pouco ao que o meu caro amigo Pedro Castro e Costa falou há bocadinho, quais as sinergias possíveis com estas duas Freguesias. O tal princípio subentendido em toda esta reforma, que isto não pode implicar de nenhuma forma, repito, de nenhuma forma, aumento de encargos para o erário público. Essa é logo a primeira. Portanto, o objectivo disto é, realmente, tentar obter uma maior eficácia na actuação dos órgãos autárquicos, do Município, portanto, Câmara e Juntas, e qualquer transferência de competências para as Juntas de Freguesia serão acompanhadas inevitavelmente dos respectivos meios financeiros e dos recursos humanos respectivos. Posso dar um exemplo: por exemplo, se se chegar a verificar, que muito se fala, que a parte da componente da higiene urbana passar a ser uma das competências das Juntas de Freguesia, toda essa parte da higiene urbana da Câmara passa para as Juntas de Freguesia, e os respectivos meios financeiros também. São geridos directamente pelas Juntas de Freguesia. Agora, também o que se está a passar actualmente é este sistema, que é o seguinte: a ideia que se tem, geralmente, das Juntas de Freguesia é que as Juntas de Freguesia são órgãos autárquicos, que estão para aqui, em que o Presidente e os membros do Executivo geralmente são reformados, vêm aqui, falam com as pessoas, estão a

conversar sobre algumas coisas, assinam uns atestadozinhos, e depois às dez e tal vão para casa, para o pé da família, e têm uma vida sossegada, ao fim de semana também não trabalham, e tal. Isso acabou, é completamente diferente. Isto é uma vida frenética. Hoje em dia, pelo menos aqui em Lisboa, já de há uns anos a esta parte, as Juntas de Freguesia têm tido competências importantes, que são transferidas pelas Câmaras Municipais, pela Câmara Municipal. Só que agora têm sido competências próprias, a Câmara transfere competências dela própria, nalgumas matérias, que a lei não proíbe que ela possa delegar, e que delega nas Juntas de Freguesia. Quando chega a um entendimento, isso realiza-se. É o que acontece presentemente em várias matérias. Por exemplo, na gestão e manutenção do espaço público, ou dos espaços verdes. Enfim, estou-vos a dar alguns exemplos. Agora, o que se pretende é que algumas dessas matérias passem a ser competências próprias das Juntas de Freguesia, que não passem a ficar apenas dependentes da boa vontade do Presidente da Câmara A, B ou C. Passem a ser matérias próprias dessas Juntas de Freguesia. Agora, uma regra básica que está subentendida neste projecto que foi decidido, que foi aprovado pela Assembleia Municipal, e que vai ser trabalhado, e depois é apresentado à Assembleia da República, à Assembleia da República, com certeza, e depois não sei que alterações é que se fará, sim ou não. De qualquer forma, todo esse trabalho que está a ser feito neste momento é, realmente... está subentendido que não há qualquer encargo a mais, a mais, no erário público. Quais são as sinergias possíveis de fazer? Portanto, num caso destes, eu estou a imaginar, por exemplo, pelo que conheço aqui da nossa Freguesia, pelo que conheço da Freguesia presidida ali pelo Eng.º Athayde Carvalhosa, que é São Francisco Xavier, são Freguesias que eu acho que são muito complementares, não vou dizer que são idênticas, mas são complementares, e há zonas que são dos dois. Estou-me a lembrar, por exemplo, do Restelo. O Restelo, o chamado Restelo, está em duas, está nestas duas Freguesias também. E são Freguesias que já tiveram um passado em comum, ainda há cinquenta anos, portanto, foram objecto de um desmembramento. Neste momento... enfim, às vezes isto é cíclico, na vida e na política, há situações em que se acha que é melhor desmembrar, outras em que é melhor uma fusão. Enfim... Neste momento, face à actual situação, o que é mais eficiente à actuação... Obviamente que isso iria implicar sempre outro tipo de procedimentos. Iria implicar... eu acho que mesmo assim era mais positivo. Portanto, a optimização dos meios seria mais eficaz se tivéssemos uma dimensão como haveria eventualmente no caso de uma fusão destas duas Freguesias. O objectivo deste projecto encaixa mais ou menos numa média de quinze mil habitantes em cada uma das Freguesias. É mais ou menos o número que se tenta atingir. E nós ainda vimos à volta disso. Penso que é pacífico... depois poderá haver questões relacionadas com o nome, A, B ou C, é coisa que vai ser discutida, não interessa, neste momento, avançar com isso. Mas sim, há de chegar-se a uma conclusão, com o tempo, com calma, porque isto... eu não estou a dizer que seja fácil. Todos estes aspectos têm sempre algum bairrismo também, é inevitável. Eu nunca mais me esqueço de uma situação... bairrismo, atenção, as pequenas coisas que tornam, às vezes, as situações muito difíceis. Olhe, aqui no Município de Belém, quando o Alexandre Herculano era Presidente do Município de Belém, eu não sei se alguém já leu o livro que temos aí sobre o Município de Belém, que fala deste episódio, o Alexandre Herculano pediu a demissão de Presidente do Município de Belém por uma coisa corriqueira, por um

candeeiro que estava apagado ali na Calçada da Ajuda e o homem mandou... o Presidente mandou lá uma pessoa arranjar o candeeiro, e veio de lá uma sentinela a dizer: "Não pode estar aqui..." E o homem foi-se embora. O homem queixou-se ao Vereador, e o Vereador queixa-se ao Presidente. E o Presidente mandou lá o homem outra vez. E o homem foi corrido outra vez pela sentinela. Queixa-se ao Governador Civil, fez queixa ao seu Governo, ninguém lhe liga nenhuma. O Governo Central não ligava nenhuma ao Município de Belém. E de maneira que ele chateou-se e foi-se embora. São estas pequenas coisinhas, às vezes, que implicam em coisas tão graves como um pedido de demissão de Presidente do Município, por um candeeiro que estava apagado na Calçada da Ajuda. E eu nunca mais me esqueço, quando aqui há uns anos, estava eu no Ministério da Justiça, aqui há uns anos valentes, tinha eu um problema complicado, por exemplo, com a naturalidade das pessoas. Havia no país cerca de uns quinze casos complicados, nomeadamente ali no Concelho de Paredes, lá em cima, no norte, naquela zona, em que as pessoas eram rivais, numas terreolas, e um desgraçado de uma terreola em que não gostavam dos outros, incitou os naturais daquela terra ????. Aquilo era uma afronta, era um vexame de todo o tamanho. E havia, espalhados pelo país, uns quinze casos desses. E aquilo é muito complicado, porque o bairrismo... são estas pequenas coisinhas, e foi tão simples resolver aquilo. Foi um erro do Governo, ter sido sensibilizado para isso, e por acaso até conhecia as situações e tal, pronto, e resolveu-se. Alterando o código do Registo Civil, permitindo que as pessoas possam também ser naturais do sítio de onde são, independentemente de onde nasceram. ????. naturais mesmo no hospital onde nasciam. E a alteração do código do Registo Civil permitiu essa situação, mas nós já podemos ser naturais do sítio de onde nós somos, efectivamente. Portanto, são estas pequenas coisinhas que há que estar atento, e quem está na vida política tem que estar atento a estes pequenos pormenores, porque isto, às vezes, pode ser muito complicado, na vida real. E portanto, este processo é um processo que não é fácil, mas acho que é um processo que tem que ser feito com calma, e daí esta necessidade de estarmos todos aqui a falar, para ouvirmos, para pôr a sociedade civil a pensar e a falar em conjunto sobre estas matérias, para descomprimir. E isto há de ajudar depois a tomarmos decisões, porque em breve, num futuro breve, um dia destes, havemos de ter aqui um pedido formal sobre a fusão destas Freguesias, se avançar, esperemos que avance, para a Assembleia da República, mais tarde, e portanto, nós estamos a desenvolver a nossa... o nosso conhecimento sobre esta matéria, e as nossas opiniões. De maneira que isto é natural, que as coisas não se tornem nem pretas, nem brancas. Portanto, vamos falando, dialogando, este é o nosso objectivo. Portanto, há aqui uma certa complementaridade, muito nítida, penso eu, aqui nestas nossas Freguesias. Agora, também lhes posso dizer uma coisa: antes deste quadro final que foi recentemente aprovado, no ante-projecto, que eu tive conhecimento que estava também para ser aprovado, que era não se fazer a fusão das duas Freguesias, mas cortar um bocado do território, principalmente cortar um pouco do território lá na Freguesia de São Francisco Xavier, um bocadinho para a Ajuda, e depois também nos cortava um pouco a nós e dava a São Francisco Xavier. E eu na altura, também fiquei assim um bocado aborrecido, também junto da Câmara. Por quê? Por exemplo, o Estádio do Restelo deixava de ser na Freguesia de Santa Maria de Belém, passava para São Francisco Xavier, aquela fatia. A fronteira era na Avenida do Restelo. Enfim, e havia várias

razões a levar a esse aspecto, mas que realmente era uma medida, pronto, que eu não gostava muito, porque gostava que o Belenenses continuasse em Belém. E o que é certo, apesar de dizerem que o Belenenses está muito enraizado, quer em Belém, quer em São Francisco Xavier, quer na Ajuda, e também Oeiras, pronto. Falei-lhe nessa questão há bocado, o nosso amigo Ricardo Azevedo falou na questão de Algés e no Dafundo. De facto, também já se falou, tem-se falado nisso, dum eventual alargamento de Lisboa para o Concelho de Oeiras, nomeadamente avançando para aquelas Freguesias, que até são muito parecidas com algumas destas Freguesias já urbanas, nomeadamente Algés, Dafundo e Cruz Quebrada, até aquela zona a apanhar... já se falou nisso. Agora não está neste projecto, mas é algo de que se tem falado muito, muito antes desta proposta que foi agora aprovada. Agora... mas por exemplo, só para lhe dizer que isto, nunca está tudo completamente fechado. Obviamente que esta decisão foi tomada pela Câmara Municipal de Lisboa e pela Assembleia Municipal de Lisboa. Sei que há algumas divergências junto com outros Partidos políticos, nomeadamente aqui presentes também, pronto, e que manifestaram, no devido tempo, as suas opiniões, e que vão, com certeza, na Assembleia da República, fazer o seu papel, como é evidente, nesta matéria. Quanto às receitas que o Sr. Marcelo Pimentel estava há bocado ali a falar, quanto às receitas das Juntas: bem, as receitas das Juntas eventualmente, nesse aspecto, irão ser superiores... superiores, isto é, superiores de receitas próprias, porque as verbas virão da Câmara. Agora, acho que o conjunto manter-se-á. Portanto, Câmara mais Junta, como até agora, portanto, se nós fazemos algumas matérias que são da Câmara por força do protocolo de delegação de competências, e temos em vários domínios, protocolos de delegação de competências com a Câmara, está implícita a transferência dessas verbas para esses espaços. E até me dizem que às vezes há sempre alguns problemas. Por exemplo, neste momento, temos aquele dilema que estamos a tentar resolver com a Câmara, um jardim que nós fizemos, e que... com um pavilhão polidesportivo, e que a Câmara ainda não nos passou a delegação de competências para esse efeito. Obviamente, há quem possa dizer: "Está bem, mas nós não vamos fazer jardins, é só manter." Está bem. Mas havia lá uma lixeira, tivemos que resolver aquela situação, foi dinheiro que conseguimos poupar na manutenção do espaço público, e resolvemos uma lixeira que existia lá, que estava lá, e fizemos uma nova zona de lazer, numa zona que era mais... que não era assim tão boa, aqui na nossa zona. Portanto, era uma zona que não era tão privilegiada. E realmente, fizemos essa zona de lazer. Agora, a Câmara está com alguma dificuldade, este ano, em nos dar a delegação de competências para esse espaço. Até estou a imaginar que, se calhar, vamos ter que ser nós, com verbas que vamos poupando desses protocolos, para ir mantendo esse espaço, até ao próximo ano, foi por não haver verbas da Câmara, porque não podemos deixar aquilo morrer. Portanto, mas isto é o dia-a-dia, é o dia-a-dia. E a Câmara, a Câmara é um Estado dentro do Estado. Até neste momento estão a fazer a reorganização dos serviços. Hoje soube de mais uma série de mudanças de cargos na Câmara de Lisboa. Nós estamos sempre atentos a isso, porque temos que ir acompanhando. Como sabem, as coisas para andar na Câmara, não basta ir um ofício, ou um mail, tem que ir um telefonema, e temos que estar sempre em cima do acontecimento, saber quem é quem, em cada sítio, para as coisas avançarem. E obviamente que temos que estar sempre atentos a isso, e não é fácil, mas o que lhes posso dizer é que realmente as receitas, estamos a

tentar sempre que possam ser superiores, para podermos fazer um melhor trabalho em prol da comunidade. Mas, como também não gostamos muito de falar em falta de meios, nós estamos na disposição de trabalharmos com os meios que temos, ainda por cima numa altura em que estamos em crise. Portanto, estamos a fazer um esforço no sentido de sermos o mais cuidadosos possível na gestão dos dinheiros públicos, numa fase destas em que estamos em crise, em que é urgente dar prioridade à área social. Não sabemos o que é que vem aí. Sabemos é uma coisa: é que nós somos o último reduto de muita gente. Ainda ontem tive uma grande alegria, porque na volta que faço pela Freguesia passei pela Loja Solidária, e a Loja Solidária estava... bem, por um lado é bom, por outro é mau... mas estava cheia de gente a experimentar roupa e a levar roupa para casa. Por um lado, deu-me gozo, porque estamos a ajudar muitas pessoas; por outro lado, fiquei um bocado atrapalhado, porque está muita gente em crise. Mas, sentimos, ao menos, que estamos a fazer aqui alguma coisa. E isso para nós é muito importante. Não estamos simplesmente a passar atestados, que é o papel que se tem das Juntas de Freguesia, e que eu tinha de uma Junta de Freguesia antes de vir para cá, acho que nós todos tínhamos essa noção, mais ou menos. Aliás, ninguém queria concorrer às Juntas, era mais ou menos uma participação cívica, "Vamos lá embora...", e tal. Mas depois ???? e temos que resolver muitos assuntos. E isso é um grande desafio. E temos que trabalhar com os meios que temos. Não gostamos de dizer: "Ah, há falta de meios." Não, são os meios que temos, e vamos tentar rentabilizá-los ao máximo para perseguirmos as nossas prioridades, nos diferentes domínios. E portanto, era isto que eu só queria realçar aqui, no final deste esclarecimento. Os bens financeiros que a Junta tem, penso que vão se manter, mas talvez como se fossem receitas próprias. Em vez de estarem dependentes das delegações, e da boa vontade do Presidente da Câmara, seja ele qual for. É isso que se pretende. Muito obrigado! Ah, vou passar aqui ao Dr. João Carvalhosa, só para complementar a minha intervenção.

**João Carvalhosa (Vogal):** Eu gostaria só de referir aí a questão que falou, das sinergias... bem, como eu referi, há aqui uma questão de economia de escala. Portanto, há aqui um limiar crítico onde o dinheiro passa a ser gerido, ou as actividades passam a ser geridas mais eficazmente ou menos eficazmente. Claramente, numa Freguesia ou num ambiente pequeno, é gerido menos eficazmente. Pois é, depois podemos é discutir se o limiar há de ser por área, há de ser por número de eleitores. Este foi, enfim... mas este número que se encontrou, esta área, número de eleitores foi o número que se entende ser suficiente para haver aqui uma ????. E a questão das sinergias que se obtêm dos territórios, eu queria só dar como exemplo a que já existe, porque neste momento já existe uma Comissão Social Inter-Freguesias de Belém – Xavier, ou Santa Maria de Belém e São Francisco Xavier, que foi a junção de duas comissões de Freguesia numa só, exactamente porque se chegou à conclusão que as instituições que operavam nas duas comissões de Freguesia de cada uma das Freguesias eram, se calhar em 85%, as mesmas. E portanto, não fazia sentido estar a desperdiçar esforços, a desperdiçar tempo, a desperdiçar dinheiro em duas entidades que poderiam ser uma única a trabalhar no mesmo território, num contínuo território, apesar de serem duas Freguesias diferentes. E o resultado que nós temos tido desta experiência da Comissão Social Inter-Freguesias tem sido um resultado fantástico. Prova-se que é possível trabalhar no mesmo território,



com as mesmas instituições, e chegar-se a bom porto. Eu há bocado não referi, mas entretanto lembrei-me exactamente até por causa da sua questão, é que está previsto, depois da aprovação, enfim... esperemos que chegue lá... da aprovação na Assembleia da República, está previsto que as duas Freguesias comecem a trabalhar em conjunto. Portanto, que haja... que se comecem a preparar, a criar uma espécie de comissão administrativa que... com os representantes das duas Freguesias, e comece a preparar esta transição. Portanto, não há de ser, obviamente, uma coisa que se chega ali a 1 de Outubro de 2013 e, de repente, surgem as duas Freguesias e duas realidades. Não, há de haver essa transição gradual, as competências, obviamente, continuarão a ser de cada uma, mas pelo menos vai-se começando a ajustar, começar a ajustar... A questão dos aspectos financeiros, o Sr. Presidente já referiu. Eu diria que não há... há uma certeza financeira, que é importante para se manter determinado tipo de actividades. E isso é muito importante. Não quer dizer que o Orçamento da Junta de Freguesia, que equivale a estas duas, seja maior que os dois orçamentos somados agora. Neste momento, é prematuro estar-se a falar, porque os critérios ainda vão ser definidos, depois, em Assembleia, e com a criação das regras a passar. Obrigado!

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado! Só para referir aqui mais uma coisa final. Esta situação, é evidente que ainda não é líquida. Em todos os Partidos, e nomeadamente também no nosso Partido, no PSD, há vários Presidentes de Junta que estão contra esta reforma, e de uma forma veemente, na Assembleia Municipal, de uma forma muito clara, disseram que estavam contra. Pronto. Têm as suas razões, e temos que respeitar as razões deles. Há quem diga que se não for assim, estão a faltar à lealdade à comissão dos eleitores, e são outros argumentos que também foram usando. Por exemplo, há um deles, por exemplo, que é o dos Mártires, que é considerada a Freguesia mais... com menos população da cidade, tem quatrocentos... eu acho que tem trezentos e sessenta e um eleitores, portanto, cerca de quatrocentos. Pronto. ??? primeiro é uma Freguesia, que já foi maior, e é muito antiga. Depois, é uma Freguesia que só tem esses eleitores, mas durante o dia, tem lá gente nessa Freguesia a trabalhar e a circular, muitos milhares, portanto, muito superior a qualquer outra das Freguesias, em termos de população. Portanto, é um dos argumentos dele, e pronto. Não se pode ver só por essa questão, mas também pelas pessoas que lá andam durante o dia, a trabalhar, por exemplo, naquela zona. Como sabem, nessa zona dos Mártires, São Nicolau, onde há essas pequenas Freguesias da cidade de Lisboa, praticamente é uma Freguesia em cada rua, quase, está prevista ali uma Freguesia da Baixa. E às vezes é muito complicado, até em alguns casos há a sede de uma Freguesia que não está nessa Freguesia, está na Freguesia do lado. A Freguesia está num lado e a sede da Freguesia no outro. É realmente uma grande confusão. Há que fazer qualquer coisa. Estou convencido que é positivo, tudo o que seja para racionalizar toda esta estrutura administrativa. E por isso, acho que vale a pena o esforço. Mas não vai ser tarefa fácil.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado! Não sei se há mais intervenções, na sequência desta primeira ronda, digamos assim. Muito bem! Assim sendo, daria a palavra aos representantes das forças políticas, tal como tínhamos combinado inicialmente, que também, agora, recolhidas algumas das opiniões, que queiram





agora, naturalmente, expressar as respectivas posições, uma vez que há muita controvérsia inter-partidária, e portanto, também é um ponto... agora para os cidadãos assistirem a essa parte. Quem quiser, se faz favor. Penso que há um pedido, começo pelo PCP. Muito bem!

**Alves Coelho (PCP):** Tudo bem, eu expressarei a opinião do PCP sobre este projecto que se pretende levar a cabo, de reforma administrativa da cidade, embora a nossa posição já tenha sido perfeitamente clarificada a nível da Câmara Municipal. E, para a população presente, eu primeiro queria fazer um reparo. O Sr. Presidente considera muito significativa a presença do público, quando nós temos meia dúzia de pessoas na sala. Quer dizer, isto não é um debate público, e sim, um simulacro de debate, como é evidente. Aquilo que nós defendemos é ouvir as populações, e depois de ouvir as populações, tendo em atenção as particularidades de cada Freguesia, da cidade, o seu histórico, etc., que foram também apresentados alguns exemplos pelo Sr. Presidente da Junta, depois, sim, formular uma proposta, para o órgão que, efectivamente, tem competência para legislar neste sentido, que é a Assembleia da República. Portanto, é essa a nossa posição, procurar promover debates onde a população esteja presente, e que as questões sejam levantadas. Aquilo que se me oferece também dizer neste momento é que, de facto, constatámos que houve alguma dificuldade, por parte da Junta de Freguesia, de apresentar esta proposta. De facto, enrolaram muito, levantaram questões como cosmética eleitoral, “não é bem...”, e tal. Por outro lado, levantou-se a questão... a população da cidade de Lisboa reduziu, pois reduziu, mas o importante era saber por quê. Qual é a política habitacional da cidade, qual é o problema das vindas para a cidade, por que é que fechou a periferia, isso é que é o problema grave. E, de facto, os problemas da cidade não se resolvem com reformas administrativas. O problema da cidade não é uma reforma administrativa. É sim as políticas que têm sido seguidas, não só por parte do Governo, como pela própria Câmara Municipal de Lisboa, e que resulta na incapacidade de resolver os problemas da cidade. Essa é que é a questão de fundo, fundamentalmente. É claro que, se isto obedecesse a uma proposta que tivesse como finalidade resolver o problema das pessoas, pois é evidente que seria analisado, em termos de que as coisas não são imutáveis, como é evidente. Há zonas da cidade que cresceram, se calhar há necessidade de criar outras Freguesias. Nalguns casos podia-se pensar em juntar, tendo em atenção as raízes históricas, mas, de facto, esta proposta não tem por base isso. Esta proposta resultou... que está a ser apresentada, é uma proposta da Câmara, é uma proposta apresentada na Câmara, pelo PS e pelo PSD, fundamentalmente, procurando um cozinhado eleitoral, como é evidente. Porque nem sequer, algumas coisas que aqui foram ditas, correspondem à realidade. O Sr. Presidente disse que se procurava uma média de quinze mil habitantes por Freguesia. Mas, por acaso, viu a relação? Há aqui Freguesias onde triplica esse número. Quer dizer, continuamos a ter Freguesias enormes, com quarenta e tal mil eleitores. Portanto, eu não falo em população, estou a falar em eleitores. Portanto, população até serão mais, não é? Porque, normalmente, essas Freguesias com muitos habitantes são aquelas onde estão os habitantes de menor idade, portanto, haverá lá muito mais gente. E portanto, metade deste número que aqui aparece, das novas Freguesias, estão acima, bastante acima deste limite dos quinze mil. Portanto, não foi isto que se pretendeu, quer dizer, juntou-se foi de

acordo com algumas prioridades em termos eleitorais. Aliás, basta ver como é que as Freguesias foram organizadas. A questão dos bairrismos, ou não, isto é importante. A cidade de Lisboa não é uma cidade que tem dois dias. Portanto, há uma história que é preciso ver e analisar. Quer dizer, juntam-se aqui Freguesias, e o Sr. Presidente faz questão de dizer isso, porque agora passou a entrar nas Marchas, e já viu o bairrismo que lá está, enraizado, em muitas Freguesias que aqui querem juntar, de forma... sem ouvir as populações e quais são as suas necessidades. Por outro lado, também verificámos pelas intervenções da Junta, que isto, enfim, vão juntar para racionalizar, mas, se calhar, os meios financeiros vão ser menores. Quer dizer, em termos de competências, nós continuamos a ter as mesmas competências, e muito provavelmente os recursos vão ser menores. Por outro lado, dizer aqui que, por exemplo, a higiene urbana passa a ser da responsabilidade das Juntas, então mas isto resolve algum problema da cidade? Então, mas que racionalização é esta, quando são entidades pequenas que vão tratar, quando nós temos, se calhar, uma empresa geral que proceda à higiene urbana da cidade. Isso é que racionaliza. Então, quer dizer, num sentido falamos que devemos juntar, e agora vamos separar funções, que a sua gestão integrada, fica muito mais barato? Portanto, não estou a perceber. Portanto, houve aqui na intervenção uma série de contradições que, de facto, reflectem aquilo que esta proposta traduz: não uma auscultação das necessidades das populações, porque não se ouviu ninguém. Esta proposta aparece para ser discutida pelas populações, mas é esta proposta. Aquilo que nós dizemos, não. As populações devem discutir aquilo que querem, e depois sim, trazer uma proposta que possa ir à Assembleia da República. É esse o nosso papel, e a nossa intervenção neste debate. Portanto, com esta primeira entrada, penso que disse o fundamental.

**Presidente da Mesa:** Muito bem! Muito obrigado! Eu não sei se o CDS pretende autonomamente... Não pretende. Só por causa do histórico, conhecendo o histórico das posições, e portanto, faria todo o sentido, sem qualquer quebra do efeito de coligação, mas o respeito, naturalmente, pelas posições políticas faz todo o sentido que as possam expressar, naturalmente. Podia sempre, independentemente... mas vamos aqui seguir, de acordo com a sugestão do PS, nessa lógica crescente, uma intervenção por força política, não podia deixar de dar a possibilidade, se assim quisessem. Portanto, passaria a palavra ao Partido Socialista.

**???** (PS): Muito obrigada, Sr. Presidente, Executivo da Junta, público presente. Também não queríamos deixar de dar a nossa opinião em relação a esta reforma administrativa, que ainda é apenas uma proposta, e deixar antecipadamente muito vincada, por parte do PS, a nossa opinião sobre o debate. Nós também somos da opinião que o debate devia ser tão amplo, tão alargado quanto o possível. Eventualmente até extravasando os limites de uma Assembleia de Freguesia. Contudo, somos da opinião que uma Assembleia de Freguesia extraordinária para debater este assunto, não só é muito desejada, como, ao contrário do Sr. Presidente, e agora vou ser mais papista que o papa, vem muito a tempo, e da nossa parte é muito bem-vinda, e de facto, lamentamos que o público não tenha aderido tanto quanto nós gostaríamos, mas é o debate possível, e conseguir-se-á, com certeza, extrair daqui já algumas opiniões para um eventual parecer no futuro. Queria dizer também, que tal e qual como já dissemos na

L

Assembleia Municipal, o PS entende que esta reforma administrativa, que é a primeira em cinquenta e um anos, se assim se puder dizer, é praticamente a primeira reforma administrativa da era moderna, tem para nós o seu centro focalizado no melhor servir as pessoas, no melhor servir a população. Não foi... nunca pensámos, nem nunca conseguimos encarar esta reforma administrativa, de cima para baixo, como ela tem vindo a ser apresentada, em muitos, muitos palcos. E do nosso ponto de vista, uma reforma administrativa só faz sentido pensada, precisamente, de baixo para cima. Ou seja, servir melhor as pessoas porque elas são, efectivamente, o centro da política, e no caso da política de proximidade que tanto se reclama para as Juntas de Freguesia e para as autarquias em geral, mais ainda o tem que ser. Neste caso específico, ela surge de uma vontade já antiga, de um desejo, enfim, de uma vontade muito reclamada, principalmente até pelas autarquias de menor dimensão, portanto, as Freguesias, de transferência de competências, porque chegámos a uma era um pouco mais... vamos lhe chamar moderna, do exercício autárquico, em que, efectivamente, a política de proximidade já não se compadece com o simples, como dizia o Sr. Presidente há pouco, e bem, passar de atestados. Precisamos de um pouco mais do que isso. Precisamos de mais meios, e precisamos designadamente de uma política de proximidade para fazer cumprir uma exigência dos nossos tempos, que é precisamente o tempo. Hoje em dia, nós como munícipes, nós como cidadãos, reclamamos cada vez mais a resolução dos problemas em tempo útil, com alguma velocidade. E nada melhor, de facto, do que o poder autárquico local, uma Junta de Freguesia, para conseguir dar uma resposta atempada, imediata, até pelo conhecimento que tem das situações, àquilo que as pessoas mais desejam. É evidente que na transferência de competências, como ela tem vindo a ser realizada, e como tem sido tentada na sua execução, não pode ser executada sem a correspondente transferência de recursos. Nós somos desta opinião já há muito, muito tempo. Não se pode pedir às Juntas de Freguesia que executem tarefas, que executem competências que não antes lhe tinha sido cometidas, sem lhes transferir também, e lhes potenciar também a possibilidade de terem os recursos necessários para, de facto, executarem essas competências. E esta transferência de competências já teve um momento, até neste mandato, em que nós aqui até já discutimos precisamente os protocolos de transferência de competências que estão a ser executados neste momento, e urge agora também fazer o completar desse ciclo, fazendo a lógica territorial anexa, de facto, a essa transferência de competências. Porque transferir os recursos não é apenas atirar dinheiro para cima dos problemas. É precisamente pensar em transferir os recursos, mas fazer com que as Juntas de Freguesia também façam a sua parte, utilizando-os da forma mais racional que conseguirem. E é exactamente por isso que uma Junta de Freguesia, hoje em dia, quando se lhe passa as competências que estavam antes cometidas nas Câmaras Municipais, tem que ter uma dimensão, ou terá que ser uma unidade de gestão, vamos chamar-lhe assim, com uma dimensão que lhe permita, de facto, executar essas competências, mas também, por outro lado, que lhe permita conseguir gerir o recurso que lhe é transferido. Ora, por exemplo, o Sr. Presidente há pouco dizia e bem, alguns Presidentes de Junta, por uma questão meramente histórica, ou por uma questão de facilidade, ou se calhar até porque na sua Junta de Freguesia, não há necessidade de determinados recursos, porque já atingiu um nível de unidade de gestão que, de facto, lhe dá os recursos que tem para executar todas as

competências que os seus cidadãos lhe exigem, mas há outras em que assim não é. Juntas que são bastante maiores, que têm recursos que não são suficientes, enfim. Se calhar, a cidade devia procurar, nessa transferência de competências, tentar igualar-se o mais possível. Precisamente para não sermos uma cidade tremendamente desigual. Isto redundaria num cenário óptimo, em poderes locais mais operacionais, mais racionais, que gerissem melhor os recursos, mas também, voltando ao início, que servissem melhor as pessoas. É evidente que, para o Partido Socialista, esta seria a solução óptima, em termos de transferência de competências, e em termos de melhor servir a população, e de melhor executar as competências. Agora, penso que estamos todos de acordo neste pressuposto. Talvez não estejamos todos de acordo é precisamente com o mapa que se anexa a estas transferências de competências. Eu, para vos ser mesmo muito sincera, também sou membro da Assembleia Municipal, e quando o mapa foi colocado à votação, que ainda não foi, votei a favor do mapa de vinte e quatro Freguesias, mas aqui preferia, se fosse possível, limitar apenas a opinião da Bancada do Partido Socialista precisamente àquilo que interessa à Junta de Freguesia de Santa Maria de Belém. E, naturalmente, no caso, à Junta de Freguesia de São Francisco Xavier. E penso que se há duas Freguesias cuja junção faz imenso sentido, em Lisboa, são estas duas. Também por via de muito cá viver e de ter estudado por aqui, não nesta Freguesia exactamente, mas aqui muito perto, sempre tive esta sensação de que estas duas Freguesias eram, de facto, uma só, em praticamente tudo menos, precisamente, na sua gestão. E hoje em dia também já não se pode viver... não podemos, nos tempos em que vivemos, pensar que todas as Freguesias, todas as unidades de gestão, vão ter um hotel, um hospital, uma escola secundária. Não. Isto dos equipamentos sociais, tudo o resto que é necessário para uma Freguesia viver a sua vida ampla e permitir aos seus cidadãos ter a sua plena cidadania, tem que ser partilhada. E se há uma Freguesia que resultará da fusão de duas, que, de facto, vai conseguir ter praticamente tudo numa só, é precisamente a junção destas duas. São Francisco Xavier, por exemplo, não tem, exactamente, uma centralidade social. Belém tem. Santa Maria de Belém, por exemplo, não tem um hospital, mas São Francisco Xavier tem. Por acaso até tem uma clínica privada, mas entendemos, com certeza, na ideia do serviço público. E tudo isto faz imenso sentido. De facto, como alguns membros do Executivo da Junta já disseram anteriormente, as sinergias já existem, mesmo em termos de Executivos. Portanto, se há dois núcleos que, neste momento, fazem muito sentido juntar, até por motivos históricos, são estes dois. Portanto, nós apoiamos, naturalmente, por todas as razões executivas, esta reforma administrativa. Aliás, na nossa opinião, é muitíssimo, muitíssimo útil, até do ponto de vista da ligação do poder local à Câmara, porque como bem sabemos, é muitíssimo complicado. Quantas mais unidades de gestão, mais tempo levará sempre o processo de decisão, e se a cidade for um bocadinho mais uniformizada, naturalmente sem perder o seu carácter, mais facilidade haverá, não só na relação de cima para baixo, como de baixo para cima, e só poderá trazer benefícios à cidade. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado! Portanto, agora a Bancada do PSD e do CDS, mas poderá fazer uma intervenção, se assim o entenderem, naturalmente.



**Vitor Gonçalves (PSD):** Eu confesso que não sei... eu não vou falar em nome do PSD, nem de força política nenhuma, vou dar apenas o meu contributo. E penso que também é a ocasião própria para fazer isso. Eu, a sensação que tive, e o que sei sobre este assunto foi o que saiu nos jornais e o que assisti agora, foi que o que está em causa, pelo menos o que está proposto, é importante, mas é um bocadinho limitado. No fundo, é acertar as Freguesias de acordo com as evoluções da população. Portanto, há zonas que crescem mais, que crescem menos, umas são muito grandes, umas são muito pequenas, tem que se arrumar isto de uma forma um bocadinho mais homogénea, e depois transformar em permanente aquilo que era habitual. Havia um conjunto de delegações de competências que eram habituais, e portanto, é uma espécie de ratificação, ou regularização, passar o habitual a permanente. E não consegui, e pode ser erro meu, mas não consegui encontrar muito mais do que isto. E acho que isto é bom. Quer dizer, isto no fundo é arrumar a casa. Mas, fiquei um bocadinho com pena de não aproveitarmos esta oportunidade de reforma para reformar mesmo. E ouvindo o Sr. Presidente a referir uma coisa que todos nós sentimos, que na Câmara de Lisboa não há nada, em área nenhuma, independentemente do Partido que está à frente dela, penso eu, é uma coisa enorme, e anda-se sempre a saber onde é que está o papel, onde é que está o processo, onde é que está isto, onde é que está aquilo. E portanto, há uma entidade muito centralizadora, que funciona mal, e há as Juntas de Freguesia, com poucas competências e com poucos meios. Esta é a realidade. E esta reforma podia ser uma oportunidade para reformar, de facto. E, se calhar, estes momentos de debate, ou de contributo, poderão ser úteis para que isto, quando chegar ao fim, chegar de uma forma um bocadinho mais rica. E talvez a forma como se pega nestes problemas, pelo menos em organizações empresariais, e tal, tentaríamos olhar para o que é que, de facto, são actividades em que a proximidade é a forma mais eficaz de agir, e quais são as actividades em que a centralização é a forma mais eficaz. Quer dizer, se falarmos em recursos técnicos especializados, em sistemas informáticos completos, etc., têm que funcionar de forma centralizada, devem estar nas Câmaras, e se forem muito ???, no Governo. O conhecimento local das realidades, das pessoas, dos problemas, são competências locais, são feitas com maior eficácia localmente. E há um conjunto de áreas que têm a ver com segurança, policiamento, por exemplo, com as escolas primárias, creches e infantários, com o acompanhamento de idosos, tanto o acompanhamento na questão de saber onde estão e como estão, como na ligação ao apoio social, saúde básica, apoio de saúde, saúde básica... algumas vertentes de acção social que aqui se fala em apoiar, acompanhar, e tal, mas não se percebe bem o que é que é, onde é que está a responsabilidade. Talvez houvesse... e aqui lembrei-me destas, mas há muitas mais, com certeza. É um conjunto de actividades que hoje estão vagamente partilhadas por várias organizações, e que nenhuma é, de facto, responsável por tratar dos assuntos, que talvez fosse uma boa oportunidade para tirar peso da Câmara e entregar às estruturas locais, Juntas de Freguesia, neste caso, aquilo que se faz de forma mais eficaz se for local. E pronto, é este o meu contributo. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado! Bom, voltava a perguntar... se faz favor. Sim, naturalmente, depois haverá, do vosso lado, mais intervenções.

???: Eu quero começar por desejar uma boa noite, e por agradecer a presença dos senhores convidados, e lamentar que, realmente, não fossem tantos como aqueles que nós gostaríamos que fossem. Quero-vos dizer que estou de acordo com aquilo que a minha colega do PS... eu acho este esclarecimento, que esta reunião de esclarecimento veio muito a tempo, porque ainda... quer dizer, ainda está muito longe de ser aprovada esta reforma administrativa. Se me perguntarem se eu concordo com ela, não, não concordo. Concordo, efectivamente, que Lisboa... aliás, isto é um estudo e é um desejo da Câmara já muito, muito antigo. É um cavalo de batalha que não é de agora, desta Câmara. Já é muito mais antigo. Tentei saber até, para vos poder dizer a data certa, mas não me conseguiram informar. Não faz sentido que uma cidade da nossa dimensão tenha cinquenta e três Juntas de Freguesia. Há, efectivamente, Juntas de Freguesia, quer dizer, com muito poucos moradores, com muita pouca assistência, porque não há capacidade depois também de lhes dar a assistência que necessitam. De maneira que com certeza que haveria Juntas que deveriam ter que se juntar, ter que se ligar. E sempre tive de acordo com essa ideia e com essa hipótese. Acho que... também estou de acordo consigo, quando diz que São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém fazem todo o sentido. São fronteiriças, e também quando... eu morei também aqui, no Restelo, e fazia-me um bocado de confusão haver duas Juntas, e eu no início nem sabia bem qual era a minha Junta, se era Santa Maria de Belém, se era São Francisco Xavier. Efectivamente, são irmãs. São fronteiriças, são irmãs. Mas, se me forem perguntar, o mapa que ficou aprovado, eu vejo que há aqui um bocado uma feitura de joelho, que é, por exemplo, não por fanatismo, por ter sido, realmente, o PSD a elaborar outro mapa que há, das vinte e seis Juntas de Freguesia, mas devia fazer mais sentido, por exemplo, Lumiar com a Ameixoeira, fazia sentido Telheiras, que já tem quinze mil moradores, Santa Maria dos Olivais... por exemplo, depois, outra coisa que eu vos quero dizer, há, efectivamente, Juntas de Freguesia com tantos moradores, que eu acho que não se consegue chegar, esta é a minha opinião, não se consegue chegar até lá. E para mim, uma Junta de Freguesia tem que ter uma dimensão... eu já fui Presidente de Junta de Freguesia. E o ideal é que tenha uma dimensão em que o Presidente da Junta conheça os seus fregueses, e possa, efectivamente, ouvir os seus fregueses e acudir-lhes, e ajudá-los. E para isso, não pode ter mais do que uma dimensão... eu penso, quer dizer, na minha opinião, mais de trinta é muito. E há aqui, efectivamente, Juntas de Freguesia que têm mais. De maneira que, na minha opinião, são grandes demais. Assim como as outras, com quatrocentos moradores, são demasiado pequenas, as com quarenta e três moradores, para mim são demasiado grandes para Juntas de Freguesia, para aquilo que elas servem, e para aquilo que elas... para a utilidade que elas devem ter para com os seus fregueses. O mapa apresentado pelo PSD, de maneira que, quer dizer, não é verdade que isto foi tudo feito, tudo cozinhado ou tudo feito por nós, e que só foi mostrado depois. Não, não foi bem assim. Quer dizer, o PSD apresentou também uma proposta. A proposta do PSD não era, efectivamente... quer dizer, tinha, na minha opinião, por exemplo, Nossa Senhora de Fátima... não sei se os senhores têm possibilidades de ver os dois mapas e de comparar. E se tiverem, vêm, logo à cabeça, vêm São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém. Quer dizer, com certeza que sim, fica com dezassete, é o número ideal. É o número ideal, e o Presidente que, realmente, é mesmo vizinho, é irmão, vai, efectivamente, conhecer e vai receber como seu amigo um freguês.

Benfica tem imensa gente, por aí adiante. O Oriente, a Freguesia do Oriente, não concordo também com a Freguesia do Oriente. Concordaria, sim, com Parque das Nações. Quando vejo a Freguesia do Oriente, fico sem saber o que é a Freguesia do Oriente, não sei se é mesmo só por causa da Estação do Oriente, se é o facto do Oriente... fico um bocado sem saber, e sei que, efectivamente, tem levantado uma grande polémica, porque já foi apresentada na Assembleia Municipal, uma grande polémica, por parte dos moradores do Parque das Nações. Depois, temos para aqui Marvila e Beato, também são vizinhas, fazem sentido. Uma que, na minha opinião... Campo Grande, São João de Brito, faz sentido também. Prazeres, Santos-o-Velho, São Paulo, faz sentido. Santo Condestável, Santa Isabel, Lapa, faz sentido. São Mamede, Coração de Jesus, São José, faz sentido. Nossa Senhora de Fátima, São Sebastião, sim. Aliás, já foram... aliás, São Sebastião ia até Palhavã. São Sebastião ia até Palhavã, porque a última reforma mais radical foi em 1959. Até 1959, São Sebastião não só apanhava Nossa Senhora de Fátima, como ia até Palhavã. Graça e Santa Engrácia, também faz sentido. Isto é a minha opinião. São Vicente de Fora, Santo Estêvão, São Miguel, faz sentido. Santa Justa, Socorro, São Cristóvão, São Lourenço, sim. Castelo, Santiago, Sé, sim. Sacramento, Mártires, estão ao pé... aliás, não faz sentido que toda aquela zona do Chiado tenha três Freguesias. Não, quatro Freguesias, porque tem Santa Catarina, tem Encarnação, tem os Mártires, tem o Sacramento. De maneira que aqui, na nossa proposta, estava Sacramento, Mártires, São Nicolau e Madalena. Se me perguntarem, Madalena já não faz muito sentido, porque já está muito longe. Mas o mapa que realmente foi aprovado, que são as vinte e quatro Freguesias, tem na vigésima segunda, na vigésima segunda Freguesia tem Mártires, Sacramento, São Nicolau, Madalena... Madalena fica extremamente longe dos Mártires, extremamente longe. De maneira que onde ficará o Presidente... vamos imaginar que o Presidente deste conjunto de Freguesias fica em Santa Madalena, ou fica em Santa Justa, não conhece os moradores do Chiado. De maneira que isto parece-me, efectivamente, um bocado feito em cima do joelho. Eu não concordo... Mártires, Sacramento... a vigésima segunda tem: Mártires, Sacramento, São Nicolau, Madalena, Santa Justa, Sé, Santiago, São Cristóvão, São Lourenço, Castelo, Socorro, São Miguel e Santo Estêvão. Sem dúvida, para chegar aos tais 14.191. Sem dúvida nenhuma que estas Freguesias, elas tinham que ser reestruturadas e tinham que se juntar a outras Freguesias. Mas tinham que ser Freguesias que estivessem mais perto. De maneira que, realmente, a nossa proposta era Sacramento, Mártires, São Nicolau e Madalena, e São Paulo, eu acrescentei São Paulo, porque achei que São Paulo estava noutro sítio. São Paulo fica ao pé... se nós descermos ???, a Rua do ???, nós estamos em São Paulo. São Paulo fica perto do Chiado, fica perto dos Mártires. Eu não sou, não sou minimamente suspeita, porque eu votei contra esta reforma administrativa, embora vos queira dizer que não sou a favor da continuação das cinquenta e três Freguesias. São imensas Freguesias, perde-se o controlo, não têm depois verba para sobreviver, e não pode ser. De qualquer forma, eu estou sossegada porque isto ainda vai para estudo, ainda vai para a Assembleia da República. E a Assembleia da República é que depois irá dizer se é aprovado ou não. De maneira que qualquer receio, qualquer incómodo que isto nos possa estar a trazer, poderá nem sequer ter significado. Muito embora, voltando ao mesmo, eu acho que, realmente, há aqui Juntas de Freguesia que fazem todo o sentido ficarem anexadas, porque são,

realmente, vizinhas, e muitas outras, porque vão ficar com maiores possibilidades de servir os seus fregueses, e é esse o papel da Junta de Freguesia, e é esse o papel do Presidente da Junta de Freguesia. Muito obrigada!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado! Com certeza!

**Marco Castro (PS):** Marco Castro, Partido Socialista. Rapidamente, antes de mais, saudar esta iniciativa das forças políticas da Câmara Municipal de Lisboa, por terem tomado esta iniciativa, por não esperarem pela Assembleia da República para resolverem o problema que é da nossa cidade. De facto, estas cinquenta e três Freguesias eram... a maior parte delas eram disfuncionais e saúdo esta reorganização para um número mais lógico de Freguesias. Depois, há pequenos detalhes que terão que ser limados, como estava a nossa colega de Assembleia de Freguesia a referir. Também gostava de referir que, conforme disse o Vítor Gonçalves, de facto, é pena a reforma não ir um pouco mais além. E fala-se aqui na transferência de recursos financeiros, mas ninguém falou na transferência de recursos humanos. Todos sabemos que a Câmara Municipal de Lisboa tem um número de funcionários excessivo, para ser simpático, e portanto, muitas dessas pessoas poderiam passar para as Juntas de Freguesia, onde a sua produtividade seria seguramente maior, e seriam muito mais úteis para a cidade. Portanto, deixo aqui esta nota. Agora, um assunto... há bocado, o Sr. Presidente disse que era o nome da Freguesia, tratou-o como um assunto menor. Eu chamo a atenção de que ou se discute isso agora, ou então não vamos ter outra oportunidade para depois mudar o nome da Freguesia. E acho que era importante ouvir as pessoas aqui do bairro, portanto, de São Francisco Xavier e Santa Maria de Belém, sobre que nome é que esta nova Freguesia há de ter. Porque Belém é uma zona, Restelo é outra, são irmãs, mas não são bem a mesma coisa. Também estamos num Estado laico há mais de cem anos. Será que os santos... ainda faz sentido referir os santos? Portanto, acho que deveria ser um assunto que não deveria ser passado para segundo plano, porque ou é agora, ou então, depois, não vamos ter outra oportunidade para escolher o nome. E acho que o nome é importante. Quando temos filhos, também andamos ali bastante tempo a decidir que nome é que vamos dar aos nossos filhos, porque depois fica para o resto da vida. Aqui não é para o resto da vida, mas será, seguramente, para muitos anos. Pronto, era só isto. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado! Não sei se há mais intervenções... Eu já lhe dou a palavra, mas estava a perguntar se havia mais intervenções do público. Se não há, então... Não percebi. Antes do Sr. Presidente? Diga, diga. Eu estava a perguntar se havia mais alguma intervenção do público, senão mais algum membro da Assembleia pode, com certeza. Tem sempre a palavra antes do Sr. Presidente. Se faz favor. Se não se importar, para o microfone, só para ficar registado na acta.

**Ricardo Azevedo (Público):** Era o seguinte: conforme se vão juntar, no caso de Lisboa, as Juntas de Freguesia, que é o que está em discussão, ou separar, neste caso, que se façam as separações, ou que se façam as junções. Agora, consoante que haja uma situação, enfim, que seja discutido, que isto ainda vai ser muito... e acho bem que seja mais vezes discutido, e revisto, as vezes que forem



necessárias e precisas. Agora, isto não quer dizer que seja tudo só junção, junção, até porque eu acho que... por isso é que eu discordei, há bocadinho, e discordo, da forma como está feito, porque só Lisboa estando em quatro zonas, como inicialmente... eu acredito que isto não seja aprovado, como está a ser revisto, e revisto mais vezes. Mas, como está, e a tendência de juntar, acho que isso não está bem. Por isso é que eu votei contra. Acho que sim, que há situações, no caso específico de Lisboa, que devem ser divididas, que devem ser divididas, e aquelas que forem divididas, porque são demasiadamente grandes, demasiadamente, lá está, dispendiosas, demasiadamente dispendiosas. Agora, as que forem para junção, são para junção. Mas, também tratar aquelas que também se vão dividir. Pronto, tenho dito.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado! Faz favor, desculpe lá.

**Diogo Moreira (PS):** Diogo Moreira, Partido Socialista. Não, era só uma pequena clarificação de várias afirmações que foram aqui feitas, sobretudo por membros da Mesa, não, membros da Junta, e também, porventura, por alguma confusão que existe nalguns elementos do público. Para clarificar, o que nós estamos aqui a discutir é a reforma administrativa da cidade de Lisboa. Em nenhuma circunstância foi sequer planeada, ou discutida, a possibilidade de haver uma reforma administrativa que envolvesse outros Concelhos. Porque Lisboa é, sem dúvida, quem tem o problema, de longe, mais complicado em termos da sua reforma administrativa, por ter o maior número de Freguesias do país.

**Presidente da Mesa:** É Barcelos, não se esqueça de Barcelos.

**Diogo Moreira (PS):** Mas eu tenho uma desculpa, que é a extensão geográfica do Concelho. Mas pronto. Mas tirando esse pequeno deslize, é preciso concentrarmo-nos, de facto, no que nós estamos aqui a discutir, que é a reforma administrativa da cidade de Lisboa. A hipótese de discutirmos a possibilidade da Freguesia, que porventura será do Oriente, ou outro nome qualquer, e isso é outra clarificação que tem que ser feita, a designação que consta desta proposta, em nenhuma circunstância foi dito que esta é a designação final dos nomes das Freguesias. Aliás, a designação de qual será o nome das Freguesias... Peço desculpa! Em nenhuma circunstância, a designação das Freguesias está presente, ou foi discutida, ou foi aprovada. Isso é algo que... as populações, em princípio, terão uma palavra a dizer, mas esse é um assunto à parte. Em relação à reforma administrativa das Freguesias, também em nenhuma circunstância há a possibilidade de nós andarmos, como foi porventura alvitado, irmos, entre aspas, considerar a hipótese de expandir as Freguesias para outras Freguesias, ou juntando parte das Freguesias que são do Concelho de Oeiras, por exemplo, ou juntando a possibilidade de estender também para outros Concelhos, isso também sai fora completamente do âmbito desta proposta. Porque isso, então, seria uma coisa muito maior, e muito mais complicada, que seria a reforma administrativa do país, e essa é toda uma outra discussão. Por isso, era só para clarificar, isto é a reforma administrativa da cidade de Lisboa. O que nós nos debruçamos é sobre as Freguesias que fazem parte do espaço geográfico do Concelho de Lisboa. Era só esta clarificação. Muito obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito bem! Pois, e é esse o tema que está, de facto, agendado, a reforma administrativa de Lisboa. Só que já estávamos a pensar em Lisboa nesta dinâmica dos cento e cinquenta anos, possivelmente, e portanto, inspirados nesta dinâmica histórica, também foram lançadas umas bases de perspectivas para o futuro. Foi um pouco por aí que eu interpretei. Portanto, enfim, acho que também não é... e também estamos num tema que não é uma matéria deliberativa, enfim, podemos ter aqui algum espaço imaginativo para o mesmo. Sr. Presidente, se faz favor, para concluir.

**Presidente do Executivo:** Muito obrigado, Sr. Presidente, Srs. membros da Assembleia de Freguesia. Bem, no referente a esta matéria, eu tenho ouvido com muito interesse as diferentes posições, e é só também para tentar ajudar, para contribuir aqui com algumas opiniões sobre esta matéria, que eu gostaria de me pronunciar. Obviamente que não acho que seja de reduzida importância a questão do nome, como é lógico. Pronto. Só que ainda não chegámos a essa altura concreta. Agora, eu pessoalmente já tenho uma posição mais ou menos tomada cá para comigo. Mas posso-vos dizer que ontem, por exemplo, veio num jornal, que já está em discussão pública, e que as pessoas podem comentar pela Internet, que façam as suas sugestões, e tal. E eu ontem estava a ler o Público, vem publicado que aqui para esta zona, o nome mais votado era Belém, só Belém. Isto é, temos aqui um problema, existe uma Freguesia de Santa Maria de Belém e uma Freguesia de São Francisco Xavier. São os dois nomes que existem neste momento. Portanto, eu não vou entrar em pormenor, ainda por cima está aqui o meu colega de São Francisco Xavier, ??? os nossos bairrismos, o meu, o seu, por isso não vamos entrar nisso. Mas, portanto, não sei como é que isto vai... mas há uma coisa que lhes digo sinceramente que gostava imenso: gostava imenso... e não acredito que, por exemplo, o nome Belém deixe de constar de uma parte de Lisboa. Quer dizer, quanto muito era um novo Concelho. Agora, o nome Belém desaparecer, quer dizer, pelo menos como Freguesia, acho que não tem muita lógica. Mas pronto. Os nossos legisladores vão tratar disso. Agora, na altura própria me pronunciarei. Agora, há uma coisa que... Belém tem um certo significado. Há aqui várias zonas, aqui na nossa Freguesia, há a Junqueira, há o Restelo, temos uma parte daqui e outra parte que pertence a São Francisco Xavier, há a zona de Alcolena, há a zona da Junqueira, há a zona de Pedrouços. Enfim, N zonas, e de maneira que eu, nesse aspecto, acho que não vai haver grande problema, porque eu penso que, quanto ao nome desta futura autarquia, se isto for para a frente, porque estamos ainda numa fase muito preliminar... Agora, de qualquer forma, as atribuições no novo mapa, que também têm... repare, isto é um bocado complicado, porque nós, Presidentes de Junta, temos que fazer coisas. Temos que fazer coisas, é a nossa actividade, no dia a dia, e às vezes fazemos mais do que somos obrigados. Pelo menos aqui temos feito isso ??? mas quando podemos, fazemos. E como sabemos que a Câmara Municipal, muitas vezes, tem pouca intervenção... até lhes posso dizer que há uns três ou quatro dias, pedimos ao nosso calceteiro para ir arranjar um pouco aquela parte em frente ao Padrão dos Descobrimentos, que estava cheia de buracos na calçada, porque tem sido uma confusão, temos turistas a passar ali e a ver os buracos. Só não arranjei os pilaretes, depois pedi ao novo responsável do espaço público da Câmara para os arranjar, e tal, os pilaretes, e pôr outros iguais ali ao pé, que eles têm, e é um material muito especializado, que nós não temos aquele

tipo de pilaretes. Mas, pelo menos, a calçada nós arranjàmos, coisa que a Câmara não tinha capacidade de intervenção naquele espaço, e nós resolvemos avançar com isso. Portanto, aí estamos fora do nosso território, que ainda não nos foi passado formalmente aquele território para a nossa gestão. Mas, como vêm, já lá intervimos. Também vos posso dar alguns exemplos de coisas que, se calhar, não devíamos ter feito, mas fizemos, intervenções, por exemplo, na área do urbanismo, que nós já reabilitámos partes completas, e não era das nossas atribuições, mas tínhamos alguns recursos financeiros na altura, vimos que não havia hipótese de outra forma, e aquilo vinha beneficiar as populações, ??? aquela parte da Rua da Praia de Pedrouços, um aglomerado de habitações municipais, e arranjàmos toda aquela parte do espaço urbano ali, o largo ficou muito engraçado, e as próprias casas. E a outra, mais recentemente, foi a Travessa Paulo Jorge, também. Também um aglomerado com várias habitações municipais, também arranjàmos toda aquela zona, pode-se considerar mesmo um projecto de urbanismo, porque não foi só nas próprias casas, mas foi no espaço envolvente, à volta. Obviamente, substituímos, em alguns casos em que podíamos intervir, substituímos o próprio chão, porque nós não podíamos tocar na estrada, tinha que ser a Câmara, e então pusemos pedra de calçada como se fosse, portanto, uma estrada de sentido, de sentido de trânsito local, e pronto. Pusemos pedra de calçada, ficou muito mais bonito, e já pudemos intervir, porque era pedra de calçada, e a população ficou toda contente e aquilo ficou muito mais bonito, de facto. Estes são só uns exemplos. ??? onde estão aqueles polidesportivos que fizemos, também não era das nossas atribuições. Fizemos. Tínhamos dinheiro, estava ali no meio de um jardim, aquilo estava ali uma zona muito abandonada, avançámos. “Ah, não devíamos ter feito”, e tal. As nossas atribuições são só a manutenção e gestão. Está bem, paciência, já está feito. E está lá a obra, pronto. Está lá a obra. A Câmara devia-nos dar uma medalha. Mas pronto. De qualquer forma, não o fazemos para recebermos medalhas, mas fazemos porque cremos que é importante para a população. E quando temos dinheiro, e não ficamos a dever... quando temos dinheiro, executamos essas obras. Há uma regra de ouro aqui: não fazemos nada sem termos previamente os meios financeiros para isso. E há bocado, quando se falou aqui, já não sei se por causa disso... obviamente que isto implica sempre, nessa questão, os recursos financeiros, e humanos, transferência de recursos humanos, quando há este tipo de transferência de tarefas. Mas posso-vos lembrar que também isto não é fácil. Vou-vos dar um exemplo muito simples, que aqui o João Carvalhosa também deve conhecer muito bem: aqui há uns anos, era uma vez uma empresa que se chamava GEBALIS, que se chama, que existe, e que é uma grande empresa, atenção, tem lá gente muito boa e que trabalha muito bem. Pronto, em geral. E essa empresa, e essa empresa tinha trinta e cinco bairros para gerir, aqui há uns anos. E de repente, a Câmara deu mais trinta e cinco bairros, que já não eram novos, eram velhos. E ficou com setenta bairros para gerir, é considerada a maior empresa da Europa, salvo erro, municipal. Municipal, uma das maiores. E essa empresa, de repente, ficou com o dobro dos bairros para gerir. Portanto, teve que ir buscar mais algum pessoal. Mas o que se passou na altura foi: tudo bem, damos os funcionários públicos, isto é, funcionários da Câmara, que já lá estão na Direcção Municipal de Educação, e transferimos para essa empresa. Pois era, isso era tudo muito bonito no papel, só que ninguém se apresentou voluntariamente para isso. Ninguém queria perder o seu vínculo com a Câmara. E

então, um caso particular, até de um fiscal, acho que era um fiscal, apresentou-se ao serviço nessa empresa, na Câmara, para ser recrutado para essa empresa. E foi lá à responsável, na altura, dessa empresa, e ela disse: “O senhor vem para aqui, faz isto, e acoltro.” Pronto. Então e o horário? O horário é de manhã às tantas horas, depois tem uma hora de almoço, depois à tarde tal e tal, e depois até ao fim da tarde. “Ah, não, não. Não estou interessado.” E ia ganhar um bocadinho mais, nessa empresa, um bocadinho mais. Mas não quis. O horário da Câmara é de manhã. E depois à tarde já não estão lá. Isto é verdade. E portanto, essa pessoa não quis. E o problema da Câmara Municipal de Lisboa é que dessas onze mil e tal pessoas, se calhar um terço, ou um quarto, estão lá a meio tempo. Isto é grave, toda a gente sabe, e não é fácil resolver isto de um momento para o outro, mas infelizmente este é o problema da Câmara, muitas vezes nos próprios recursos humanos. E portanto, neste aspecto das transferências, quando há bocado falava-se aqui na parte da higiene urbana... está bem, eu não estou a falar que sejam aquelas grandes viaturas, porque aí, acho que sim, um parque automóvel centralizador para se tratar dos resíduos sólidos. Não é isso. Estou a falar mais naquela limpeza do dia a dia. Aí, acho que é importante as Juntas terem essa intervenção. Eu aí não me queixo muito, nós aqui não nos queixamos muito, porque temos o contacto telefónico dos responsáveis da higiene urbana local, é logo a primeira coisa que fazemos. Ainda há pouco tempo mudaram, e nós pedimos... eles são impecáveis, portanto, não é preciso ter delegação de competências na higiene urbana, porque quando queremos, falamos com eles, eles fazem os impossíveis para, realmente, satisfazerem as necessidades da população. E já antigamente acontecia com os jardins também. Antes de terem os jardins delegados em nós, eu andava constantemente a ver o que é que se passava nos jardins. E eles muito chateados, “lá vem este maluco do Presidente da Junta, o que é que ele tem a ver com isto? Eu sou da Câmara.” Mas tenho a ver, tenho. Mas pronto, é como eu digo, isso depende da forma de cada um se mexer. Eu aproveito para fazer isso durante a manhã, pego na bicicleta, dou uma volta e vou vendo essas coisas, e estou a fazer exercício físico. Portanto, isso é uma forma de ver as coisas e de tratar da coisa pública. Agora, vejo aqui dentro destas várias funções, algumas não são novidade para nós, no âmbito da delegação, transferência de competências. Agora, há aqui umas que são tão simples, mas tenho aqui um caso dramático na Freguesia, que não sei se já está resolvido, acho que ainda não, e tenho de voltar a insistir com a Sra. Vereadora, que é assegurar a aquisição, colocação e manutenção de placas toponímicas. E por quê? Há uma pessoa ali em cima, na Travessa de Santo António, de Belém, lá em cima, que tem uma doença, que periodicamente tem que lá ir uma ambulância buscá-lo. Não há uma tabuleta na rua. Desapareceu. Tem que se pôr lá uma tabuleta. Já estive quase para pôr, mas dizem-me: “Só mais um bocadinho, não vais pôr isso...”, e tal. Não é a nossa obrigação. Mas, quer dizer, também já estou a par da situação, ????. Agora, neste caso, está aqui este senhor, coitado, que me diz: “Vejam lá se põe a placa, senão os táxis nunca mais lá chegam...”, porque não há placa, e tal. Isso é uma coisa facilíma, mas a Câmara está lá em cima, para eles é muito difícil, aquilo demora tempo. Uma questão que se resolvia muito facilmente. Como aquela história dos vasos à porta dos restaurantes, as licenças de utilização do espaço público nessas pequenas coisas, é completamente caricato dizer às pessoas ??? um vasozinho que está lá à porta de um comerciante, e coisa do género. Aí, esperemos que sejamos nós a



ter a atribuição de licenças de utilização e ocupação de via pública, licenças de afixação de publicidade de natureza comercial, e por aí fora. Por exemplo, se houver a fusão entre estas duas Freguesias, já ficamos com um corpo de funcionários razoável, as duas. Eu, neste momento, acho que nós... é muito pequenino, temos quatro funcionários nesta Freguesia, três administrativos e um auxiliar. Também não temos espaço para mais. Esta Freguesia vive muito às contas do voluntariado. Do profissionalismo dos nossos poucos funcionários e do voluntariado, em geral. Agora, de qualquer forma, com a fusão, a coisa já fica, já fica aí com um corpo de funcionários razoável para as tarefas que se nos avizinham. Agora, também só queria aqui falar na questão dos parques infantis, por exemplo. Nós podemos manter alguns jardins, mas não temos competência para os parques infantis, é da Câmara. Por exemplo, aqui já se podia, um pouco, dar uma volta nesse aspecto, ficamos com a intervenção nos parques infantis. Só queria dizer que as competências, às vezes, não são só as competências que estão no papel. São aquelas competências que nós também achamos que também podemos fazer alguma coisa. Agora, obviamente, eu respeito muito o princípio da legalidade, gosto de fazer as coisas bem certinhas. Agora, já sabemos que, muitas vezes, neste tipo de funções, uma medida tomada ??? por vezes têm que ser processos mais expeditos. Ainda há pouco tempo estivemos para avançar aí com uma obra que estava há um ano na Câmara para desenrascar, e nunca mais fizeram ???? se não me derem o projecto até à altura tal, eu faço aquilo. Como nunca mais veio resposta, eu fiz. Acabou, e está feito. "Ah, mas não está muito bom..." Meus amigos, deviam ter vergonha. Está lá, que digam o que é que não está bom. E o que é certo é que aquilo está lá, está bom, e ficou seis vezes mais barato do que o custo estimado que a Câmara tinha sobre aquela matéria, de início, escrito. E portanto, quando as coisas são assim, meus amigos, podemos dormir descansados, porque, realmente, acho que temos tido uma actividade produtiva, para o bem da comunidade. E isso satisfaz-nos bastante. Daí a razão da nossa insistência aqui no organismo. A minha colega Maria da Câmara Pestana queria também falar um pouco sobre esta matéria. Vou só passar aqui. Posso?

**Presidente da Mesa:** Eu... com certeza que o Executivo tem toda a possibilidade de falar. Se faz favor. Estou a ver que, neste cenário, temos que pedir a prorrogação... estamos quase a chegar à meia-noite, numa Assembleia que parecia, à partida, muito tranquila, estou a ver que tenho de utilizar a figura regimental de pedir a prorrogação aos respectivos membros. Mas faz favor.

**Maria Câmara Pestana (Vogal):** Sr. Presidente, peço desculpa. Maria Câmara Pestana. Eu prometo que vou usar menos tempo.

**Presidente da Mesa:** Desculpe lá, é uma interpelação à Mesa do Partido Socialista, se faz favor.

**??? (PS):** Peço imensa desculpa, Sr. Presidente. Preciso de interpelar a Mesa para saber em que ponto da ordem de trabalhos é que nós estamos.

**Presidente da Mesa:** Pois, eu tenho que responder que é ponto único. Por isso, estamos neste ponto da reforma administrativa da cidade. Agora... o Partido

L

Socialista está a questionar, de facto, as intervenções do Executivo, que derivaram para além da reforma administrativa da cidade. E portanto, é essa a interpelação que é feita, pela Bancada do Partido Socialista, e de algum modo temos estado a avançar já sobre matérias de Executivo. Eu entendo a interpelação, e acho que isso levaria a um outro ciclo de debates, naturalmente. Portanto, enfim, peço que tenham algum enquadramento à questão.

**Maria Câmara Pestana (Vogal):** Maria Câmara Pestana, membro do Executivo, e vou falar sobre a reforma administrativa, e penso que para acrescentar algo que poderia ser mais útil ao nível da discussão e dos debates que estão a ser feitos, que têm sido feitos. A motivação para que todos os fregueses pudessem estar mais envolvidos e mais conscientes da realidade em que vivem, não podemos continuar a deixar as pessoas sentadas e a queixarem-se, têm de ser envolvidas, e não estão a ser. A comunicação mais próxima, e talvez a apresentação deste debate, com uma forma mais simples, com a apresentação da gestão orgânica da proposta, e um estudo comparativo de custos, do antes e do depois. É fundamental sabermos quanto é que estávamos a gastar, e aquilo que poderemos gastar menos, e que os recursos possam ser melhor aplicados. Sou totalmente a favor da reforma administrativa. É necessária, ela foi em 1959, a última que foi feita. As alterações e a evolução de toda a sociedade foi muito grande. Só que eu, por exemplo, vejo o que está escrito em termos de custos, e de comparação, não tenho dados, não tenho nada. E, neste momento, trabalhamos mais eficientemente se tivermos uma boa gestão, e olharmos para números, porque é o problema do nosso país, realmente, é os números, e aquilo que gastamos e que não podemos gastar tanto. Só tenho isto a dizer. Penso que não usei nem sequer cinco minutos.

**Presidente da Mesa:** Muito obrigado!

**João Carvalhosa (Vogal):** A questão dos funcionários, os funcionários, tal como o património, está prevista a transferência de funcionários e de património para a Junta de Freguesia, obviamente que não é uma coisa directa. Portanto, será objecto de negociação e de aceitação entre ambas as partes. Portanto, isso é importante, para não pensarmos que, de repente, vão cair aqui 1/24 dos funcionários da Câmara. Desde que nós começámos a falar sobre este assunto, em Lisboa, já houve dois municípios que entregaram na Assembleia da República, pelo menos que eu conheça, dois municípios que entregaram na Assembleia da República propostas já consolidadas, finais... dois municípios, que são Covilhã e Vila Nova de Gaia, que já entregaram propostas na Assembleia da República para este mesmo processo de reforma. Pronto. Obrigado!

**Presidente da Mesa:** Muito bem! Eu diria, então, se não há mais intervenções... desse lado, não. Eu perguntaria se do público haveria mais alguma intervenção. Faria essa pergunta ao público. Esse lado da sala já está, digamos, esgotado. Não havendo mais intervenções, daria por encerrada esta sessão, agradecendo a presença da população, também ao Presidente da Junta de São Francisco Xavier. E ainda este mês teremos uma outra Assembleia, ali para discutir contas e, naturalmente, uma acção fiscalizadora mais incisiva sobre o Executivo. Teremos a oportunidade de ter essa reunião no dia 26 de Abril, terça-feira. Dia 26 de Abril,



exactamente. E portanto, aí sim, com mais pertinência para questionar o Executivo, em termos de matérias de contas e outras matérias. Muito obrigado, e até à próxima.

6 Presidente da Mesa da Assembleia

